UEM

MARIA LAURA ALMIRÃO

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

UM ESTUDO SOBRE AS RAÍZES DA UNIVERSIDADE PARA COMPREENDER A UEM: MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

MARIA LAURA ALMIRÃO

MARINGÁ
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

UM ESTUDO SOBRE AS RAÍZES DA UNIVERSIDADE PARA COMPREENDER A UEM: MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

MARIA LAURA ALMIRÃO

MARINGÁ
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

UM ESTUDO SOBRE AS RAÍZES DA UNIVERSIDADE PARA COMPREENDER A UEM: MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada por MARIA LAURA ALMIRÃO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a):
Prof(a). Dr(a).: TEREZINHA OLIVEIRA

MARINGÁ
2020

FICHA CATALOGRÁFICA:

MARIA LAURA ALMIRÃO

UM ESTUDO SOBRE AS RAÍZES DA UNIVERSIDADE PARA COMPREENDER A UEM: MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr(a). Terezinha Oliveira – UEM

Prof. Dr(a). Meire Aparecida Lóde Nunes– UNESPAR - Paranavaí

Prof. Dr. Marco Antonio de Oliveira Gomes– UEM

Maringá, 29 de abril de 2020.

Dedico este trabalho à Maria Fernanda e Pedro Fernando, meus amados filhos, que na alegria de criança me mostram diariamente o valor do amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de reconhecer que no trilhar do caminho houve diversas contribuições que me tornaram persistente e forte para concluir o que me propus.

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por me inspirar nas inúmeras madrugadas na escrita desse trabalho.

Aos meus pais, Maria e Carlos, pela linda e difícil missão em me educar por meio de seus valores, princípios e exemplos. Sabemos que não foi fácil, tempestades passaram e dias ensolarados chegaram às nossas vidas. Vocês são meus verdadeiros ídolos.

Aos meus irmãos, Carlos Eduardo e Luísa Marcela, por serem os meus companheiros em todos os momentos desde as brincadeiras e traquinagens até os momentos ímpares da vida adulta. Vocês são meus exemplos de conduta e caráter.

Agradeço ao meu esposo e companheiro de vida Fernando Alex por me incentivar a nunca desistir e por sempre lembrar-me que o espírito de atleta nunca morre.

Aos meus filhos Maria Fernanda (Fefê) e Pedro Fernando (Dodô) por me inspirarem diariamente a ser um ser humano melhor. Por entender que a ausência nas brincadeiras era a minha busca pelo nosso melhor e acima de tudo por terem me escolhido como mãe.

Agradeço a minha companheira de escrita Flock! Minha linda e esperta gata.

Agradeço a minha sempre orientadora Erica Piovam de Ulhôa Cintra por ter acolhido- me, orientado- me e confiado em meu trabalho.

À minha orientadora final Terezinha Oliveira por NUNCA desistir de mim e ser sempre minha inspiração como ser humano e como profissional.

Ao atletismo, minha modalidade esportiva, pelos anos de dedicação e contribuição na minha formação.

Agradeço a teacher Juliana Rosado por emprestar seus lindos e preciosos dicionários!

À Beatriz, amiga e companheira das aulas do mestrado!!! Por compartilhar comigo seu chá que me aqueceu no dia frio, sobretudo, acalorou e acalmou meu coração e minha alma! Obrigada por nossas conversas!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação pelas contribuições e por acreditar que podemos melhorar o nosso entorno.

Aos professores convidados na qualificação Prof Dr. Jorge Uilson Clark e Prof. Dr. Carlos Herold Junior pelos sinceros e significativos apontamentos e aos professores convidados para essa banca Profª Dr(a) Meire Aparecida Lóde Nunes e Profº Dr. Marco Antonio de Oliveira Gomes obrigada pelo respeito e pelas contribuições que agregaram em meu conhecimento.

Agradeço meus inúmeros professores, cada qual em seu contexto histórico e valor, por colaborarem na minha busca pelo conhecimento e por me inspirarem a ser professora!

Agradeço ao Hugo pela competência e presteza com que encaminhou as situações que envolveram a minha licença maternidade.

Por fim, agradeço aos meus alunos (TODOS) por cada cartinha, abraço, beijo e carinho! Vocês são mais que especiais e me mostraram que podemos ter acesso ao conhecimento, sendo sim disciplinados e amorosos! Não há professor sem aluno!

“É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.“
(Cora Coralina)

ALMIRÃO,Maria Laura.**UM ESTUDO SOBRE AS RAÍZES DA UNIVERSIDADE PARA COMPREENDER A UEM: MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO TÍTULO DO TRABALHO.**110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora:Terezinha Oliveira. Maringá,2020.

UM ESTUDO SOBRE AS RAÍZES DA UNIVERSIDADE PARA COMPREENDER A UEM: MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

RESUMO

A presente dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de História da Educação e historiografia busca, por meio da história social, compreender o papel significativo da universidade como instituição social, sobretudo da relevância da Universidade Estadual de Maringá para o seu contexto social, a partir de suas características institucionais. Por meio do estudo da trajetória histórica da criação da universidade no Brasil e no exterior. Para tanto, investe-se num estudo bibliográfico que alcança a criação da universidade no medievo em terras ibéricas, reconhecendo na religiosidade o ponto de sua perpetuação na esfera social. Exploram-se as mudanças históricas por meio de reformas estruturantes (período pombalino) como oportunidade de remodelagem do novo homem que acontece no renascimento. A visualização da universidade no contexto latino americano possibilita pensar os diferentes modelos de condução da instituição nos países de colonização portuguesa (atraso) e espanhola (arrojo) no Novo Mundo. Os projetos universitários no Brasil ao longo do período republicano, com destaque a criação da Universidade do Paraná (1912) e a Reforma Sucupira (1968), sedimentam o caminho do entendimento da universidade enquanto espaço de preservação do conhecimento e transformação humana. Alguns interlocutores são: Carvalho (2001),Fávero (1976), Charle e Verge (1996), Cintra (2014), e ainda outros, que apresentam e discutem a universidade em diferentes contextos.

Palavras-chaves: História da educação – universidade – conhecimento- educação- preservação – Paraná-UEM.

ALMIRÃO,Maria Laura.**A STUDY ON THE ROOTS OF THE UNIVERSITY TO UNDERSTAND UEM: MEMORY AND HISTORY OF EDUCATION**. 110f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Terezinha Oliveira. Maringá,2020.

ABSTRACT

The present dissertation of the Graduate Program in Education in the line of History of Education and historiography seeks, through social history, to understand the significant role of the university as a social institution, especially the relevance of the State University of Maringá for its social context , based on its institutional characteristics. Through the study of the historical trajectory of the creation of the university in Brazil and abroad. To this end, it invests in a bibliographic study that reaches the creation of the university in the medieval in Iberian lands, recognizing in religiosity the point of its perpetuation in the social sphere. Historical changes are explored through structural reforms (Pombaline period) as an opportunity to remodel the new man that happens in the Renaissance. The visualization of the university in the Latin American context makes it possible to think about the different models of conducting the institution in the countries of Portuguese (backward) and Spanish (bold) colonization in the New World. University projects in Brazil throughout the republican period, with emphasis on the creation of the University of Paraná (1912) and Reforma Sucupira (1968), cement the path of understanding the university as a space for the preservation of knowledge and human transformation. Some interlocutors are: Carvalho (2001), Fávero (1976), Charle and Verge (1996), Cintra (2014), and still others, who present and discuss the university in different contexts

***Key words*:** History of education - university - knowledge - education-preservation - Paraná-UEM.

SUMÁRIO

1.BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE 21

1.1. A universidade portuguesa no medievo 24

1.2. As seculares universidades de Évora e Coimbra 35

1.3. O Estudo Universitário e a Reforma Pombalina 41

2. A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO LATINO AMERICANO 55

2.1 O modelo de colonização espanhola no Novo Mundo 60

2.2 O domínio português na América 64

2.3. A criação da Real Pontifícia Universidade do México (1551) 67

2.4. O nascimento da universidade de Córdoba na Argentina (1621) 69

2.5. A criação do espaço universitário no Brasil 69

2.6. O primeiro projeto em terras paranaenses 72

3. O PROJETO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ 79

3.1 Reforma Sucupira e a universidade no Brasil 80

3.2 A chegada da universidade ao norte pioneiro 86

3.3 Universidade Estadual de Maringá (UEM) 92

CONCLUSÃO 102

REFERÊNCIAS 106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	CURSO DE TEOLOGIA	46
QUADRO 2	CURSO DE LEIS	46
QUADRO 3	CURSO DE MEDICINA	48
QUADRO 4	CURSO DE MATEMÁTICA	48
QUADRO 5	CURSO DE FILOSOFIA	49
QUADRO 6	ORGANOGRAMA DOS CURSOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	51
QUADRO 7	CENÁRIO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL	84
QUADRO 8	ALUNO DE GRADUAÇÃO 2018	98
QUADRO 9	ALUNO DE GRADUAÇÃO 2019	98
QUADRO 10	NÚMEROS DE ALUNOS INGRESSANTES NO MESTRADO 1990-2017	99
QUADRO 11	NÚMEROS DE ALUNOS INGRESSANTES NO DOUTORADO 2007-2016	100

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- ASPECTOS DA UNIVERSIDADE NACIONAL DO MÉXICO. 67

INTRODUÇÃO

Quando criança, eu sempre brinquei no campus de uma universidade. Era meu lugar preferido das travessuras com meu irmão e onde aprendi a andar de bicicleta. Com olhos ternos, singelos e puros de uma criança olhava para a USP, a Universidade de São Paulo, com muito carinho, e realmente sentia-me em casa. O campus até hoje é um convite para passeios familiares e diversão, pois em seu interior há um bosque, a Praça do Relógio e um clube chamado que se chama CEPEUSP. Esse clube foi realmente a MINHA CASA. Foi no CEPEUSP que comecei minha vida esportiva que estava diretamente ligada à minha vida escolar.

Iniciei-me no esporte em um projeto de base na modalidade de atletismo chamado “USP/XEROX”. Esse projeto tinha por objetivo a descoberta de talentos e como não dizer: polimento das pedras brutas conhecidas como atletas. A USP, em parceria com a empresa privada Xerox, abriu as portas para a comunidade e realizou diversos testes de aptidão esportiva em crianças e jovens por mais de duas décadas (1980-2000). As crianças eram advindas de escolas públicas e particulares, inicialmente da região oeste da cidade de São Paulo e, posteriormente, de toda a cidade paulistana. A USP/Xerox ganhou ares e *status* de um clube de atletismo e descobriu diversos talentos que participaram de seleções brasileiras desde a categoria infantil até a adulta.

Muito aprendi ao longo de quase 20 anos como atleta de alto rendimento que fui. Foi graças ao atletismo que pude conhecer diversos lugares e participar de competições internacionais como os Jogos Sul-americanos (1998, 2000, 2002,2004 e 2008), Pan-americanos (2003 e 2007), Ibero-americanos (2000, 2002, 2004,2006 e 2008), Campeonatos Mundiais (2005 e 2007) e Jogos Olímpicos (2004 e 2008). Com essas experiências no exterior apreciei culturas diferentes e mantive a oportunidade de estudar e realizar o sonho da obtenção do diploma no Ensino Superior (bacharel em Letras pela Universidade Santana).

A parceria entre uma empresa privada e uma Universidade Pública possibilitou que pesquisas na área de saúde, psicologia e esporte pudessem ser colocadas em prática e evidenciar assim seus resultados. O tripé do ensino, da pesquisa e da extensão estava em evidência naqueles tempos em São Paulo - creio

que até hoje. Muitos profissionais que trabalhavam naquele projeto em particular eram estagiários dos cursos de Educação Física, Nutrição, Psicologia e Fisioterapia, bem como, estudantes dos cursos de mestrado e doutorado dessas áreas e professores titulares dos departamentos de Educação Física e Esporte e Fisioterapia. Entende-se que a questão da autonomia, tão difundida no meio universitário, especialmente nas aulas visando à formação autônoma e cidadã, era notória nesse contexto e permitiu a ampliação do conhecimento da classe acadêmica envolvida em todo o processo.

Tratar agora da universidade como objeto de pesquisa reveste-se de uma satisfação pessoal em buscar compreender, por meio da sua trajetória histórica, a sua criação, a sua constituição e sua importância social ainda hoje. Para maior aproximação e clareza dos fatores que justificam a escolha do objeto deste estudo traçarei o caminho que me permitiu perceber e investigar os aspectos na qual a universidade, enquanto instituição pública e de ensino especializado, está envolta e os respectivos desdobramentos que alcançam a sociedade como um todo.

É importante ratificar que se busca recorrer à história da universidade para compreender a instituição atualmente e, dessa forma, corroborar para compreensão da importância social da Universidade Estadual de Maringá para seu contexto social. Salienta-se que há um grande esforço em dar clareza a questão da memória da cidade canção que está entrelaçada com a criação da universidade Estadual de Maringá.

Meu despertar para um olhar mais atento à universidade ocorreu ainda na vivência enquanto discente da Universidade Estadual de Maringá, UEM, e como profissional da Educação formada por esta mesma instituição. Destaco meu grande interesse pela área de história e historiografia da Educação, linha de pesquisa escolhida para o desenvolvimento da pesquisa. A proposta feita tem a ver, portanto, com a constituição de minha profissionalidade e define, pois, o que sou e o meu compromisso com a sociedade.

A Universidade é o lugar para agregar e cultivar conhecimentos científicos produzidos pelo homem ao longo do tempo, formar profissionais para o campo de trabalho (o ensino), para a pesquisa e a extensão. Conhecer e compreender o processo de construção das universidades no Estado do Paraná é buscar o entendimento a respeito da identidade dessa sociedade específica num determinado espaço e tempo escolhidos e compreender seus resultados como parte integrante

da área educacional, uma vez que profissionais atuantes na Educação saem da Universidade.

Em nosso país, o número de universidades particulares tem crescido vertiginosamente, visto a chegada de poucos, porém grandes grupos educacionais no setor que disputam mercado com as universidades públicas. Porém, o que chama atenção é a qualidade desses profissionais, em específico àqueles que diretamente estão ligados à área de formação humana, como professores. No limite, o projeto visa refletir a respeito da formação dos profissionais que fazem parte da "nossa casa" pública e o impacto social – a UEM, bem como o comprometimento social que ela tem desenvolvido com a comunidade na formação de gerações de profissionais especializados.

Ter um olhar peculiar para o tema do presente não é ter um crivo crítico e julgador sobre o passado, é buscar por meio de uma bibliografia específica a compreensão da atualidade. Como apresenta Bloch em sua obra *Apologia para a história: o ofício do historiador*: "A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente " (2001, p.63).

Estudar a universidade é, para mim, resgatar as lembranças afetivas presentes e também reconhecer outras memórias noutras produções, mas, sobretudo é ampliar o conhecimento a cerca da importância da universidade enquanto espaço de preservação de conhecimento.

Pensar a universidade é constituí-la não só como parte individual, mas também suas peculiaridades como parte inerente de um coletivo, de um contexto histórico maior de uma dada sociedade.

> Admitamos que a história nacional seja um resumo fiel dos acontecimentos mais importantes que modificaram a vida de uma nação. Ela se distingue nas histórias locais, provinciais, urbanas, devido a que ela retém somente os fatos que interessam ao conjunto de cidadãos, ou, se o quisermos, aos cidadãos como membros de uma nação. Para que a história assim entendida, mesmo que seja muito detalhada ajude a nos conservar e encontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico. (HALBWACHS, 2004, p.78).

A pesquisa bibliográfica é a metodologia para o desenvolvimento deste estudo, privilegiando, como fundamentação teórica na perspectiva histórica, autores

como Marc Bloch, Maurice Halbwachs, dentre outros, que norteiam e contribuem para a pesquisa.

A delimitação da situação-problema a ser considerada como referência para a realização dessa pesquisa se expressa na seguinte questão: qual a finalidade de estudar a trajetória histórica da universidade para os dias atuais considerando a as diversas contribuições sociais da Universidade Estadual de Maringá?

Não é objeto de estudo ampliar o conhecimento sobre a relação entre a memória da cidade e a fundação da Universidade de Maringá, porém no caminhar de nosso conhecimento é notório que a memória da cidade está entrelaçada com a criação da instituição maringaense.

Considera-se que há alguma conexão interpretativa com os primórdios da história das universidades no mundo ocidental, sua chegada à América e sua criação em solo brasileiro e a relação entre a memória da cidade e a fundação da Universidade Estadual de Maringá.

Como objeto de estudo procuramos realizar a compreensão da trajetória histórica da universidade desde suas raízes até sua criação no Brasil a fim de, refletir sobre a instituição nos dias atuais, suas peculiaridades, sobretudo a relevância social da Universidade de Maringá e as contribuições ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a sociedade. Os objetivos específicos são: realizar o estudo das raízes da universidade em Portugal; entender a universidade no cenário latino-americano (Universidades do México e da Argentina); estudar a criação da Universidade no Brasil, em específico a implantação da Universidade Estadual de Maringá e sua contribuição social visto a Programa de pós-graduação em Educação.

O trabalho tem como estrutura três seções, a introdução e as considerações finais. Na introdução, apresenta-se o tema escolhido e o seu percurso metodológico. Na primeira seção narra-se a criação da universidade na Idade Média na Europa e no Renascentismo, em específico a trajetória histórica e política da Universidade em Portugal em paralelo a ação política daquele momento. Na segunda seção será abordada a instituição no cenário latino-americano, destaque para as Universidades do México e da Argentina concomitantemente ao contexto histórico-político em que estão inseridas. Em continuação desta seção tem-se a criação da Universidade no Brasil e a trajetória histórico-política da instituição, bem como, a história da Universidade do Paraná, primeira do Estado. Já na terceira e última seção é

abordada a criação das Universidades públicas no Estado do Paraná e seu papel de formador da identidade do povo paranaense bem como educador “dos filhos dessa terra”. Será apresentada a importância da Universidade Estadual de Maringá e as contribuições do Programa de Pós-graduação ao contexto social atual. Nas considerações finais, é feita a interpretação e entendimento das questões colocadas ao longo do texto.

No decorrer do trabalho, uma linha tênue ligará e permitirá a compreensão e reflexão do tema proposto evidenciando o papel da universidade na sociedade desde seus primórdios até sua criação e as possíveis contribuições da Universidade Estadual de Maringá ao seu contexto social, sobretudo o Programa de Pós-Graduação da UEM.

BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE

Nessa seção iniciamos a trajetória histórica da universidade e o esforço para compreender, por meio das raízes europeias, em específico a raiz lusitana a criação, constituição e relevância da instituição que ainda hoje se apresenta com grande importância no cenário educacional, visto ser o celeiro de capacitação de mão de obra para o trabalho, campo de ensino e aprendizagem e palco de consideráveis e importantes pesquisas em diversas áreas. Para que de fato haja linearidade e coerência no estudo faz-se necessário especificar o tempo histórico do qual começamos a reflexão. Dessa forma, a Idade Média será nosso marco zero, um ponto essencial para a reflexão inserida na ordem do dia. Um momento histórico ímpar para a civilização que é visto pelos historiadores como muito duradouro. Há algumas discordâncias históricas devido a poucos registros (fontes) que datam claramente seu início e também em relação ao seu término. Há os que acreditam que tenham findado por volta do final do século XV. No entanto, há estudiosos com diferentes perspectivas que acreditam que tenha ido além, até o final do século XVIII.

Le Goff (2012) afirma a longevidade da Idade Média e deixa claro que foi um momento de grandes produções. Mesmo considerando o nome “média” como relativo a ideia de “intermediário”, entre um momento saudosista e o idealizado, o homem, como ser pensante continuou a buscar soluções para seus problemas. Assim, acontecimentos marcantes para a história humana têm suas sementes plantadas nesse período histórico, entre eles, a revolução industrial.

Com isso, a Idade Média, aos olhos de Le Goff (2012) bela e clara é o momento do início da Europa e, de tal modo, o berço do nosso objeto de pesquisa: a universidade. São consultados como fonte de informação o estudo de Carvalho (2001); Le Goff (2012); Oliveira (2006); Verger (2004) e documentos históricos selecionados e inseridos nas obras citadas.

Discorrer sobre a origem da universidade é compreender a criação e construção de um ambiente, a rigor, voltado à perpetuação dos vários conhecimentos da humanidade geralmente aceitos por um corpo de especialistas. Porém, de acordo com Carvalho (2001), não se deve destituir da ideia de patrimônio

histórico, pois é uma instituição no qual a preservação e recordação são necessárias, assim como, não podemos separar do conceito de memória suscitado por HALLBWACHS (2004), pois acarreta consigo o sentido de pertencimento social que dissemina o caráter de universalidade ao saber e ao agir humanos.

Em relação à ideia de patrimônio histórico é importante considerar que sua origem, como instituição advém do interior de grandes transformações que ocorreram no medievo, em específico, em relação ao conhecimento–(CARVALHO, 2001). É no interior das universidades medievais, por meio de seus mestres, que nasce a preocupação com o conhecimento empírico, embrião do que é conhecido como pesquisa. É por obra das transformações na relação dos homens medievais em relação ao conhecimento que houve o desenvolvimento científico e o progresso dos métodos de investigação da natureza que contribuem no desenvolvimento da civilização do Ocidente. Aberto Magno (1193/1206 – 1280), segundo a obra “O livro científico dos séculos XV e XVI”, organizado em 2004 é apresentado como um exemplo considerável no que diz respeito à promoção da ciência em sua época. Nascido na Bavária, por volta de 1200, tem seu nome original Albrecht Von Bollstadt, conhecido como Alberto Magno ou Alberto de Colônia. Iniciou seus primeiros estudos universitários em Pádua, Itália, onde também ingressou na ordem dominicana e realizou seus primeiros estudos teológicos no convento de Colônia. Tem por mérito ser o primeiro a observar que a grande riqueza das ciências e da filosofia Greco-árabe poderia ter enorme representatividade para os teólogos cristãos. A partir de sua leitura e tradução dos escritos de Aristóteles para o latim, língua erudita escrita, tornou-se um autor na Idade Média. É importante esclarecer o conceito de autor nesse contexto histórico. Havia os escribas, aqueles que eram capazes de copiar a obra de um autor sem nenhuma modificação; os compiladores, que conforme copiavam acrescentavam algo que julgavam importante sem ser de sua autoria; os comentadores, os que copiavam e inseriam dizeres próprios ao texto como objetivo de torná-los claros e por fim, os autores que buscavam expor suas próprias ideias confirmando-as ou mesmo dando veracidade as mesmas baseadas em ideias de autores anteriores. Portanto, Alberto Magno era um autor em seu tempo e também um pesquisador que considerava a experiência como elemento essencial para o conhecimento da natureza.

Um fato histórico que merece menção nesse cenário de transformações no medievo entre os séculos XI e XII e, posteriormente, virá a ser destaque neste

estudo, é o que diz respeito ao conflito político entre os poderes laico e eclesiástico (disputa de poder entre a realeza e o papado) que causam mudanças estruturais na sociedade medieval (o momento chamado “Baixa Idade Média”) com repercussão até os dias presentes. (CARVALHO, 2001). É importante referenciar outras mudanças nesse contexto que contribuíram no surgimento e desenvolvimento das universidades. Destacam-se as mudanças sociais ocasionadas pelo aumento da atividade comercial e as transformações econômicas desenvolvidas em virtude do ressurgimento das cidades. (LE GOFF, 1991).

Para entender a importância da cidade no Medievo é imprescindível recorrermos à importância de cada figura social na Idade Média. Para refletirmos acerca dessa questão retomamos os estudos de Le Goff (2012) que ratifica haver uma separação entre dois tipos de homens: os que dedicavam a vida a Deus e à religião, conhecidos como clérigos (basicamente poderiam ser bispos, padres, monges. Havia também algumas mulheres religiosas que viviam em monastério ou ainda, pessoas que se dedicavam aos estudos e faziam voto de celibato) e os leigos (pode-se distinguir em três tipos: os senhores ou nobres, os camponeses- que não eram verdadeiramente livres- e os habitantes das cidades). A relação entre senhores e camponeses era constituída a partir da questão da liberdade e permeada trabalho. Por causa do progresso econômico novas taxas surgiam e consequentemente impulsionavam o deslocamento dos camponeses em busca de outras atividades e em lugares diferentes (exemplo: a venda de seus produtos em feiras).

O desenvolvimento das cidades acontece entre os séculos XI ao XIII devido ao aumento das atividades que envolviam o artesanato (compreende-se essa atividade como manufaturas, exemplo fabricação de cobertas e roupas) e o comércio (venda dos produtos artesanalmente fabricados). Nesse primeiro momento, as cidades são chamadas de “burgos” e assim, os citadinos eram conhecidos como “burguês”. As cidades cresceram e desenvolveram-se e com isso o ônus desse progresso também (GUIZOT, 1907; PIRENNE, 1987). Muitas cidades eram habitadas por inúmeros pobres e consequentemente a fome atingia essas pessoas, mendigos, como também a proliferação de doenças, como por exemplo: lepra e disenteria ocasionada por falta de condições mínimas de higiene.

Outro aspecto que influencia o surgimento da universidade é o aumento da população citadina, devido ao progresso econômico e que exigirá um conhecimento mais especializado nas relações sociais e de trabalho.

Com a demanda de crescimento na venda de produtos, consequentemente há uma transformação na vida das pessoas das cidades.

Para ilustrar essa transformação na vida social reportemos ao relato de Le Goff (1991) em relação à importância de uma figura citadina que colabora para o crescimento e desenvolvimento social: os mercadores. Por não haver um sistema de transporte terrestre eficiente será o transporte aquático adequado e ágil para os mercadores de primeira linha difundir e por não dizer, melhorar a ação dos transportes quando levavam produtos de um lugar para outro, nas conhecidas feiras. Os mercadores "sedentários" [1] eram as pessoas que realizavam a atividade mercantil angariando uma rede de empregados para a realização sistemática de seu comércio. O crescimento da atividade mercantil pelos mercadores deve-se ao estreitamento das relações entre as autoridades papais, nobreza, senhores, o que colaborava para a proteção e expansão comercial.

Em consonância ao conceito de memória (HALLBWACHS, 2004) é importante evidenciar que a memória oral e escrita se tornou presente na realidade medieval por meio, por exemplo, de novelas de cavalaria ou mesmo dos textos sagrados. Assim, a memória é um elemento indispensável ao homem intelectual no mundo medievo. Nesse sentido, as universidades têm o papel de assegurar a permanência da memória fundamental de uma sociedade. E, sob esse aspecto, os registros escritos compõem a memória essencial que nos chega para a leitura desse tempo específico que é rico para o conhecimento e decisivo para o nascimento das universidades.

1.1. A universidade portuguesa no medievo

Ao longo do tempo, o termo universidade compreendeu significados diversos advindos das transformações históricas que aconteceram. De acordo com Ghisalberti (2001) há três períodos medievais: A alta Idade Média (do séc. VI ao séc. IX) caracterizada pela formação dos reinos bárbaro-romanos e do feudalismo

---

[1] " O mercador teve de procurar capitais fora de seus próprios recursos na medida em que a ampliação e diversificação dos negócios determinavam tal direção... em torno de alguns comerciantes, famílias e grupos, desenvolveram-se organismos complexos e poderosos aos quais se deu geralmente o nome de "companhias", no sentido moderno do termo." (LE GOFF,1991).

Ocidental. No Oriente, há a permanência do Império bizantino e formação dos Estados eslavos. Destaca-se também a intensa expansão e crescente consolidação do Islã no Mediterrâneo. Outro período destacado é a Idade Média central (séculos IX-XIII), marcada pelas mudanças nas relações entre o Oriente e o Ocidente, e consideravelmente por uma grande força cultural e econômica no Ocidente. E, por fim, a baixa Idade Média (séc. séc. XIII ao séc. XVII), um período peculiar marcado por embates entre a nobreza e as instituições universalistas do império e do papado. Registra-se o nascimento dos Estados Nacionais europeus, e o movimento cultural se expande com novos clássicos que surgem.

Segundo o dicionário Michaelis de Língua Portuguesa (2008, p. 885), o vocábulo universidade significa:

> O mesmo que universalidade: "... a universidade de todas as cousas" Luz e Calor. Conjunto de escolas, em que se professam ciências. Estabelecimento escolar de Coimbra, em que se ensina a Teologia, o Direito, a Matemática, a Filosofia e a Medicina. Edifício, em que se professam estas faculdades. Corporação docente dessas escolas. Em França, toda a corporação docente do país, escolhida pelo Estado e dirigida pelo Ministro da Instrução Pública.

No entanto, o conceito moderno não tem relação com o que, de fato, significava a palavra universidade no medievo.

> É necessário observar que na Idade Média o termo que mais tecnicamente correspondia à Universidade como instituição de cultura medieval não era *universal* e sim *Studio general. Universitas* significava apenas um número, uma pluralidade, um conjunto de pessoas, num sentido mais técnico, significava também uma corporação legal ou pessoa jurídica, encontrando equivalência no termo *collegium* do direito romano. No fim do século XII e começo do XIII *universais* é aplicada para designar as corporações tanto de professores quanto de estudantes (mas continua, e por muito tempo, e será aplicada a outras corporações, como, por exemplo, de comerciantes, de artificies, etc.), e nesse sentido escolástico "era simplesmente uma espécie particular de corporação - uma associação de pessoas, exercendo uma ocupação comum para a regulamentação do seu ofício e a proteção dos seus direitos contra o mundo exterior". Daí o termo, a princípio, nunca ser usado absolutamente: a expressão era sempre "Universidade de Estudantes", "universidade de Mestres e Estudantes", "Universidade de Estudos". (JANOTTI, 1992, p. 23).

As mudanças que transcorrem ao longo da Idade Média tem consequência na sociedade e reflete-se nas artes com um todo, considerando ser a manifestação das relações e modo de vida das pessoas daquele tempo.

A relação do homem com a sobrevivência transforma também sua maneira de ser e pensar, e assim, reflete-se na linguagem, uma vez que, as palavras têm seus significados adquiridos de acordo com o seu uso, com a finalidade de explicar ou mesmo significar uma dada realidade. “Dessa forma, universitas, para aquele momento histórico, significa “um termo para explicar algo coletivo”, como por exemplo: “ Universidade de estudantes” seria como o coletivo de estudantes.

É relevante a compreensão do significado de universidade no medievo e entender que o termo que usualmente aparece na atualidade distingue-se daquilo que na criação da universidade era conhecido como “Estudo Geral”.

Ao longo do trabalho usaremos o termo “universidade”. Feito os esclarecimentos pertinentes relacionados a diferença de sentido entre a palavra” universidade” e o termo “Estudo Geral” retomemos o entendimento sobre a importância das universidade. Para isso, reportemos a Guizot (1907), que afirma que as instituições são criadas para responder necessidades de uma época e sobrevivem enquanto responderem a essas necessidades e expectativas do homem de seu tempo. Assim, se elas sobrevivem até os nossos dias é porque são úteis e válidas.

Compreendemos assim que para aquele contexto histórico o surgimento da universidade respondia as necessidades humanas e sinalizava um novo movimento na vida nas cidades.

Como já observado, a vida citadina alcança um progresso considerado e caracteriza-se por uma organização de trabalho sob a forma de corporação. Há a divisão entre o campo e as comunas, uma vez que o comércio passa a ter mais intensidade. Por fim, nesse ambiente, há o surgimento de ordens religiosas mendicantes (os dominicanos e os franciscanos) no século XII. Todos esses aspectos fortalecem o nascimento da universidade que indiscutivelmente é um espaço urbano de saberes.

Um ponto que caracteriza o surgimento e fortalecimento da universidade é a disputa entre nobreza e papado. Oliveira (2006) esclarece que no início do século XIII, o papa e os príncipes viam essa instituição como um importante ponto de apoio político e cultural. Essa postura justifica as diversas leis e bulas outorgadas que tinham por finalidade instituir, proteger ou mesmo intervir no andamento da universidade, seja no próprio ensino como também nas relações entre as figuras que faziam parte do universo da instituição.

Coloca-se em destaque também a grande influência que a obras aristotélicas tiveram em relação aos debates e as investigações da natureza e da sociedade que aconteceram no interior da universidade e que serão responsáveis pelas marcas nas identidades sociais da modernidade e até os dias atuais.

Considerando o esclarecimento do termo universidade na Idade Média e o contexto de nascimento da instituição no Ocidente faz-se menção a duas importantes universidades que nascem no contexto medieval e tornaram-se referências. São elas a universidade de Paris e a universidade de Oxford.

A universidade de Paris segundo relato de Oliveira (2006) apresenta um embate teórico entre a teologia (agostiniana) e filosofia (aristotélica), portanto o pensamento filosófico norteava e caracterizava cada vez mais a instituição. É importante chamar a atenção para ~~a~~ essa característica, pois o pensamento filosófico desenvolvido dentro da universidade de Paris será a semente para o futuro movimento iluminista. Já na universidade de Oxford prevaleceram as investigações a respeito da natureza, do que era lógico e também ligado as questões matemáticas, tendo assim por base as concepções ligadas aos estudos de Agostinho e divulgada pela ordem franciscana, ou seja, o empirismo estava em profundo crescimento e sua difusão servirá para nortear o pensamento pragmático e objetivo e terá influência na história da Inglaterra.

Percebe-se que o posicionamento diferente dessas duas universidades colabora para o desenvolvimento de dois campos do conhecimento humano e vem ao encontro de duas necessidades humanas: o pensar e o experimentar.

Com isso, a instituição exerce seu papel de colaborar para a construção do conhecimento e também para edificação da memória coletiva de uma sociedade.

Datar com exatidão o momento em que foram criadas é uma tarefa árdua (RÜEGG, 1996), pois indicar o ano exato de criação está relacionado a dados exatos de quando foi ministrada a primeira aula, assim como a exatidão em relação a autorização para o funcionamento, bem como a aceitação da bula papal concedendo o funcionamento da instituição. A bula papal é um documento norteador desse processo.

É importante refletir sobre o Estudo Geral em terras lusitanas e observar que o movimento de criação da Universidade em Portugal (1290) está inserido no momento de transformação da relação do homem com o conhecimento em pleno século XIII (CARVALHO, 2001, p.485), assim, a Universidade, nessa conjuntura,

reforçou o espírito de religiosidade, mas ao mesmo tempo promoveu inovações no pensamento e no ensino, no interior do reino português, especialmente no que diz respeito às experiências no campo da medicina.

Outra questão que oportunizava a criação da Universidade em Portugal (1290) é que, para a formação de bons juristas e médicos, áreas que eram essenciais, considerando a relação próxima com a realeza, fazia-se sempre necessário buscar fora dos limites portugueses o conhecimento específico da área (SARACHE, 2016; OLIVEIRA, 2017). A partir de observações de Carvalho (2001) e de Janotti (1992) esse fato colaborava para a criação de uma Universidade análoga em Portugal e que suprisse a demanda e expectativa proveniente dessas profissões necessária no território português.

Dessa forma, pautado nas análises dos autores citados acima, a criação da Universidade em Portugal (1290) é um momento ímpar na compreensão desse território como nação. Porém, poucos documentos datando a fundação de uma Universidade em Portugal são encontrados na atualidade. No entanto, uma autorização dirigida ao Papa Nicolau IV feita por um grupo de portugueses pertencentes à classe eclesiástica, no reinado de D. Dinis e chancelada por esse monarca, busca a criação do “Estudo Geral” que é a base da tão esperada Universidade portuguesa. Esse documento encontrado norteia a compreensão e importância do movimento para a fundação da Universidade em Portugal. Segue o documento na íntegra:

> Ao Santíssimo Padre e Senhor, pela Divina Providencia Sumo Pontífice da Sacrossanta Igreja de Roma. Nós, devotos filhos vossos, o Abade de Alcobaça, o Prior de Santa Cruz de Coimbra, o Prior de S. Vicente de Lisboa, o Prior de Santa Maria de Guimarães, secular, e o Prior de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, e os Reitores das Igrejas de S. Leonardo de Atouguia bem, de S. Julião, e de S. Nicolau, e Santa Iria, e Santo Estevão de Santarém, de S. Clemente de Loulé, de Santa Maria de Faro, de S. Miguel, de Santa Maria, de Sintra, de Santo Estevão de Alenquer, de Santa Maria, S. Pedro e S. Miguel de Torres Vedras, de Santa Maria de Gaia, da Lorinhã, de Vila Viçosa, de Azambuja, de Sacavém, de Estremoz, de Beja, de Mafra, e do Mogadouro, beijamos devotamente vossos pés bem aventurados. Como a Real Alteza importa a ser não só ornada com as armas se não também ornada com as leis, para que a Republica possa ser governada no tempo de guerra e paz, porque o mundo se alumia pela ciência, e a vida dos Santos mais cabalmente se informa para obedecer a Deus e a seus Mestres e Ministros, a Fé se fortalece...” (CHARTULARIUM UNIVERSITATIS PORTUGALENSIS, 1969).

Percebe-se que na Carta as personagens citadas eram representantes importantes de mosteiros e igrejas portuguesas. As justificativas apresentadas para a fundação da universidade em Lisboa são religiosas, mas, sobretudo científicas, ou seja, a institucionalização do estudo seria um caminho para justificar os atos religiosos por meio de leis e por meio da ciência o homem tornaria se iluminado e conseguiria bem servir a Deus. Esse entendimento é propício e corrobora para compreender a necessidade de formação de profissionais juristas e médicos que irão bem servir a Deus por meio de seus conhecimentos adquiridos na universidade portuguesa.

No trecho seguinte, encontramos:

> "..., consideramos ser mui conveniente aos Reinos, sobre créditos e a seus moradores, ter um estudo geral de ciências, por vermos que à falta dele, muitos desejosos de estudar e entrar no estado clerical, atalhados com a falta de despesas e descómodos dos caminhos largos e ainda dos perigos de vida não ousam e temem ir estudar a outras partes remotas crescendo estas incomodidades, de que resulta apartar-se do seu bom propósito e ficar no estado secular contra vontade. Por estas causas, pois, e muitas outras, úteis e necessárias, que seria ditado relatar por miúdo, praticamos tudo e muito mais ao Excelentíssimo Dom Dinis, nosso Rei e senhor, rogando-lhe encarecidamente se dignasse de fazer a ordenar um geral estudo da sua nobilíssima Cidade de Lisboa, para serviço de Deus e honra do beatíssimo mártir São Vicente na qual cidade escolheu Nosso Senhor Jesus Cristo sepultura a seu corpo..." (CHARTULARIUM UNIVERSITATIS PORTUGALENSIS, 1969).

Justifica-se a criação Universidade/ Estudo Geral no Reino português a partir da motivação da vontade (desejo) dos jovens em ingressar nos estudos e em contra partida na vida clerical. Outro argumento é o deslocamento dos jovens em busca de saciar esse desejo, caso não houvesse a criação da instituição. Sendo assim, a fundação da universidade em Lisboa seria pertinente visto a vontade dos jovens e a facilidade no deslocamento.

> "... Ouvida por este Rei, e admitida a nossa petição benignamente, com consentimento dele que é o verdadeiro padroeiro dos Mosteiros e Igrejas sobreditas, se assentou entre nós que os salários dos Mestres e Doutores se pagassem das rendas dos mesmos Mosteiros e Igrejas taxando logo o que cada uma havia de contribuir, reservando a côngrua sustentação. Pelo Padre Santíssimo recordaremos em final aos pés de Vossa Santidade pedindo-lhe humildemente queira confirmar com a costumada benignidade uma obra tão pia e louvável, tentada para serviço de Deus, honra da

> pátria e proveito geral e particular de todos a Igreja se exalta e defende contra a herética brevidade por meio dos varões eclesiásticos, por todos estes respeitos, nós, os acima mencionados, em companhia de pessoas religiosas, prelados, e outros, assim clérigos como seculares dos Reinos de Portugal e Algarve, havida plenária deliberação no caso, intervindo a inspiração divina e movendo-nos a particular e comum utilidade. (CHARTULARIUM UNIVERSITATIS PORTUGALENSIS, 1969).

"Por fim, a carta após ser apresentada a D. Dinis (1279-1325) e dirigida ao Papa termina o pedido engrandecendo a fundação da instituição como" uma obra pia e louvável" que estará a serviço de Deus.

Tem-se nesse momento duas vertentes históricas sobre a criação da universidade portuguesa. A primeira que diz respeito ao nascimento do estudo geral como uma inciativa da Coroa portuguesa e a outra que a apresenta como a conjunção de interesses tanto da Igreja como da Coroa.

A atenção será para a primeira perspectiva frente às colocações de Janotti (1992) que destaca no reinado de D. Dinis (1279- 1325) a busca pela fundação de uma Universidade que atendesse aos interesses de Portugal.

As lutas e intervenções culturais possibilitavam e colaboravam para a formação e colocação de Portugal como um reino e próspero frente os outros reinos europeus.

Portanto, era uma maneira de repercutir em Portugal o que de fato acontecia na Europa ocidental no campo cultural.

> Mas assim como o estado e a sociedade se vão organizando em torno das cidades marítimas e da respectiva população burguesa, estruturados por uma autoridade central progressivamente mais forte, assim a cultura vai criando raízes no território do reino de Portugal. A partir dos fins do século XIII, a universidade tende a concorrer, como centro de cultura, com as ordens monásticas; e na corte elaboram-se traduções de textos jurídicos, históricos e literários, copiam-se códices, e inicia-se uma biblioteca real. Com D. Dinis esboça-se claramente um núcleo cultural português (SARAIVA 1950. p. 16).

No que diz respeito ao método de ensino e consequentemente a organização das disciplinas estudadas no "Estudo Geral" português reporta-se aos conceitos colocados por Joseph (2008) e Martineau (2014) em relação as chamadas 'artes liberais'. Entende-se como arte a ideia de liberdade e produção intelectual. O primeiro grupo é o *trivium* que está ligado à arte divina, associada à mente humana a

e compreende a gramática - a ciência do ensino correto das palavras; dialética - a ciência do pensamento correto e retórica – a ciência que cuida do discurso a fim de convencer o interlocutor. O segundo grupo conhecido como *quadrivium* relaciona-se às disciplinas científicas e está associado as coisas e consistia nas seguintes matérias: aritmética – a ciência da produção dos números; geometria – a ciência do cálculo do espaço; astronomia – a ciência dos astros e dos movimentos e música – a ciência que busca a compreensão do tempo. Assim, cada faculdade elenca quais disciplinas seriam apropriadas na ampliação do conhecimento para o ofício escolhido possibilitando o desenvolvimento do indivíduo tanto intelectual quanto prático.

No caso do "Estudo Geral" fundado em Portugal, segundo Carvalho (2001), integrou-se as faculdades de Direito, Artes e Medicina. O tempo de duração de cada curso não é claro nos documentos históricos e de referência. Os autores estudados em cada curso estavam em consonância com os autores estudados nas demais universidades europeias da época, assim como o método de ensino era o mesmo seguido nos grandes centros de ensino.

É importante ressaltar que o tempo decorrido para as aulas diárias era tanto o período da manhã como o período da tarde. É importante destacar que a despesa com os pagamentos dos mestres era feita o equivalente a três vezes ao ano, bem como outras despesas, por exemplo: manutenção e permanência dos estudantes na universidade, o que provinha dos bens eclesiásticos que só eram cedidos por determinação do Papa. Esta situação é disposta nos estudos de Carvalho (2001) e Verger (2004) que tornam clara a relação direta de dependência estabelecida entre Estado e Igreja.

Os professores e estudantes da universidade portuguesa eram homens advindos do segmento eclesiástico ou mesmo ligados a ele.

> De fato, o Estudo não fora criado para substituir as escolas então existentes nem para proporcionar novas profissões, mas para elevar o nível dos conhecimentos a adquirir de modo a evitar que os estudantes interessados na aquisição de uma cultura mais completa tivessem necessidade de ir ao estrangeiro adquiri-la. É essa razão declarada no pedido conjunto dos prelados para a criação da Universidade de Lisboa, e é até a única razão que se aponta para isso. Note-se que muitos desejosos de estudar e entrar no estado clerical se veem na obrigação de ficar no estado secular contra vontade… é certo que o Estudo Geral não ia fechar as portas a quem não fosse eclesiástico ou não pretendesse sê-lo, mas é fora de

> dúvida que a marca predominante dos professores seria a de pertencerem à Igreja, e a de os escolares serem futuros eclesiásticos, que alguns, aliás, já eram (CARVALHO, 2001, p.61).

Algo importante a se destacar, segundo Carvalho (2001), é que o desejo na fundação da Universidade de Lisboa parte de homens, especificamente aqueles ligados a Igreja. As ações arrojadas dos homens permitem alavancar Portugal culturalmente e dá vigor ao processo de definição das fronteiras do país enquanto nação.

> A segurança política da nova nação exigia a presença de um corpo jurídico bem apetrechado e isso só por si justificaria a pretensão da criação de um Estudo Geral. Nele, o Ensino do Direito sobrevaleria, em importância, qualquer outro. (CARVALHO, 2001 p. 64).

Por outro lado, colaboraria na europeização de Portugal como Janotti (1991) enfatiza:

> Antes dos meados do século XIII, Portugal não se afigurava como um país europeu propriamente dito. Situado na extrema periferia da Europa Ocidental, o país tinha desvantagem de dificilmente poder comunicar-se com a Europa. Vivia praticamente num estado de isolamento geográfico, que correspondia a um estado de isolamento ou de atraso cultural: as correntes da cultura europeia dificilmente chegavam a Portugal, e se chegavam, quando chegavam, vinham um tanto tardiamente e um tanto despojadas da força de seus impulsos iniciais. Essa força ia gradativamente se enfraquecendo, para não dizer se perdendo na passagem que as correntes de cultura realizavam do seu foco de origem para a periferia do continente.
> Foi nesse maior afastamento do coração da Europa que é percebido a inferioridade da cultura portuguesa em relação à castelhana, o que também equivale dizer, mas muito mais acentuadamente, em relação à cultura europeia. (1992, p. 115).

A perspectiva histórica que relaciona o reino português a sua necessidade de europeizar, e com isso, aproximar-se dos acontecimentos culturais e vindouros em relação a universidade pauta-se no posicionamento geográfico de Portugal e explica que o isolamento dificultava o vigor das correntes culturais europeias em Portugal, pois quando chegavam já estavam desgastadas ou mesmo desatualizadas. Essas colocações norteiam o termo inferioridade da cultura portuguesa. Compreende-se em relação ao termo e dentro desse contexto histórico realmente a falta de vigor e desatualização das novidades culturais colocadas na ordem do dia no campo cultural.

Algo significativo para refletir é em relação a preocupação com o ensino. Nesse contexto histórico em Portugal o objetivo é orientar o estudo no sentido de glorificar a obra do Criador e de exaltar a religião cristã. Portanto, todo estudo feito nas disciplinas ligadas a formação de médicos e advogados é voltado para a formação e consolidação do *ethos* cristão. Encontra-se em Carvalho (2001) a confirmação e ampliação disso:

> A preocupação religiosa era como temos visto, dominante, e até se poderia dizer exclusiva, em toda a atividade pedagógica. O mesmo espírito, fora da escola, compelia certas pessoas de bens a utilizá-los a favor do ensino, recolhendo e alimentando estudantes pobres e auxiliando-os economicamente nos estudos. De um caso temos notícia concreta e podemos pensar que não fosse único. Domingos Jardo, capelão de Afonso III e chanceler-mor de D. Dinis, bispo de Évora e de Lisboa, criaram nesta última cidade um hospital, chamado de Hospital dos Santos Paulo, Elói e Clemente, em 1291, determinando que aí fossem alojados e alimentados seis estudantes pobres, cujo benefício se manteve pelo menos, até meados do século XV. (2001, p.70)

Portugal é um país em retrocesso comparado as demais nações europeias tanto no aspecto político, econômico como no aspecto cultural. No entanto, nos aspectos ligados a tecnologia estava em satisfatório progresso. Sendo assim, sua Universidade segundo Janotti (1982), apresentará algumas singularidades que outras não apresentavam, entre essas, destacamos o precário conhecimento cultural dos mestres em comparação aos mestres da Universidade de Paris, por exemplo.

É importante colocar que a universidade portuguesa migrou com certa frequência de lugar devido à instabilidade política que reinava nesse contexto histórico:

> A universidade portuguesa mudou o seu local de habitação, mais frequentemente do que qualquer outra Universidade do mundo e, precisamente por causa das suas frequentes mudanças de sede é que ela ocupa um lugar completamente à parte na história da Universidade da Idade Média. De fato, de todas as universidades, a portuguesa foi a que mais migrou: 1290 a 1308 esteve em Lisboa; transferida em 1308 permaneceu em Coimbra até 1338; voltou a Lisboa de 1338 a 1354; novamente em Coimbra de 1354 a 1377; novamente em Lisboa de 1377 a 1537, e, definitivamente, em Coimbra a partir de 1537. Essas contínuas deslocações são, antes de tudo, um indício da própria fraqueza cultural da Universidade, pois elas nunca estiveram relacionadas com um problema de caráter pedagógico ou com algum motivo de ordem intelectual ou, ainda, de defesa de privilégios; não deram origem a nenhuma outra Universidade, ao contrário do que aconteceu na Europa, onde metade de suas universidades surgiu como consequência de tais

> migrações; diferentemente das migrações das demais universidades, elas não foram atos da livre vontade de mestres e alunos, e sim da iniciativa dos monarcas... os reis de Portugal consideravam a Universidade ‘ um órgão do estado e da corte’- concepção que é única na história das universidades medievais. (JANOTTI, 1982 p. 214).

Assim, a ideia de ter uma Universidade em Portugal (1290) que abarcasse as necessidades da classe que iria desfrutar dos conhecimentos ali ensinados, está alienada se comparada a realidade político-econômica e cultural portuguesa ao longo da Idade Média. A universidade portuguesa apresentava um peculiar aspecto cultural, pouco atrativo que permitiu constatar um grande número de estudantes portugueses que migraram em busca de conhecimentos e expansão cultural atrelada à falta de estrutura, por exemplo, mestres que eram ainda estudantes com pouco conhecimento, assim como, a falta de mestres para algumas disciplinas essenciais na formação de advogados e médicos. Logo, a fundação da universidade portuguesa está conectada a uma condição singela de Portugal, no que diz respeito à questão política e turbulentas mudanças provindas dos Reinados posteriores. A morte de D. Fernando (1367-1383) que foi o último rei da dinastia de Borgonha tem relevância, pois em seu reinado aconteceram três guerras promovidas contra Castela o que permitiu deixar evidente a indiferença das elites de poder que acompanhavam o rei português, em relação à fronteira e a ideia de pertença a algo comum. Foi um governo que buscou a continuação da organização das atividades econômicas, das relações e, sobretudo das instituições.

A Guerra dos Cem Anos desenrola-se desde o reinado de Afonso IV, mas corrobora para a instabilidade de Portugal enquanto nação e evidencia a necessidade ainda dos estudantes portugueses buscarem em universidades renomadas, como a Universidade de Paris, conhecimento suficiente para o exercício em excelência de sua profissão. Conforme explana Janotti (1992).

Um dos grandes conflitos que aconteceu na Idade média foi a conhecida “Guerra dos Cem anos” que ocorreu entre o reino francês e o inglês. Não foi uma disputa ininterrupta, mas uma série de disputas que culminaram em várias batalhas. Em 1066 o duque da Normandia, Guilherme, conquistou o território inglês e tornou-se rei. Dessa forma, os sucessores de Guilherme seriam donos das terras inglesas e súditos do rei da França. O que posteriormente gerou um grande desconforto. Com a morte do rei francês Carlos IV em 1328, Eduardo II (rei das terras ingleses)

considerou-se legítimo para assumir o trono. O problema era que outros nobres também reivindicavam o mesmo direito. Isso gerou grande desconfiança e mal estar entre a nobreza juntamente coma disputas por territórios gerou uma grande guerra.

1.2 As seculares universidades de Évora e Coimbra

Passadas as transformações significativas que aconteceram ao longo do medievo adentra-se a um contexto histórico marcado pela ocupação de Constantinopla pelos turcos-otomanos (1453). Com esse marco histórico dá-se início ao período moderno, o olhar volta-se com mais vigor e intensidade para pensadores da antiguidade como Aristóteles, Platão. O momento é repleto de características diversas tanto oriundas da Idade Média quanto da modernidade, assim "[...] não podemos proclamar que em todos os renascentistas há um desconhecimento e desprezo pela Idade Média nem que o Renascimento vive sob égide de um homem chamado Maquiavel." (MALTEZ, 1998, p. 341), mas é um esforço para situar historicamente a pesquisa e o caminho percorrido até aqui.

Para Carvalho (2001, p. 123), as culturas clássicas estavam presentes no tempo medieval, porém com pouca visibilidade:

> Buscou-se, para a nova época histórica, a designação de Renascimento, exatamente para exprimir a situação em que uma coisa já plenamente vivida e seguidamente adormecida, nascia de novo. Essas coisas eram as culturas clássicas da Antiguidade, a Latina e a Grega, e quando dizemos "adormecida" é para acentuarmos que essas culturas se mantiveram presentes durante a Idade Média, não mortas, mas de tal modo comprometidas nas suas expressões que o reencontro com as fontes originais correspondeu a uma ressurreição, a um renascimento.

Os pensamentos aristotélicos mantiveram-se presentes ao longo da Idade Média por meio de autores como Abelardo (1193/1206-1280), analisando a citação acima, o termo "estar adormecido" sugere está latente ou mesmo pouco conhecido ou difundido. A necessidade de Portugal estar em maior contato com as novas correntes culturais europeias será intensificada com o crescimento do comércio, das

novas técnicas e dos diversos intercâmbios realizados pelos filhos portugueses ligados a Igreja.

Acredita-se importante destacar que a história não pode ser dividida em frações periódicas de modo estanque como orienta Le Goff (2014), pois a partir de um contexto mais ampliado compreende-se a importância da tradição, como condição para a manutenção da liberdade e futuro humano.

É importante notar que a universidade apresenta um caráter relativamente autônomo e com o compromisso de colaborar no processo de expansão ultramarina e ratificado pela reforma educacional de D. João III que propunha a centralização de questões ligadas a administração da universidade e investimentos na melhoria profissional de docentes. Assim, a Universidade de Portugal, - Universidade de Coimbra (1290) e Universidade de Évora (1559) terão grande influência na formação e construção das futuras universidades, na colônia americana, em específico as universidades no Brasil.

Destacando a questão da reforma educacional de D. João III (1455-1495) é notório verificar um considerável investimento na formação docente para melhoria do ensino universitário, pois acreditava ser a instituição responsável ou mesmo influenciadora do pensamento social.

É no contexto renascentista no reinado anterior de D. Manuel (1495-1521) que a fase dos descobrimentos marítimos acontece com muita intensidade. Cabe lembrar que anteriormente ao momento das grandes descobertas ultramarinas os conhecimentos acerca das navegações como instrumento de cientificidade estavam em andamento, e assim, vem contribuir com a necessidade de um conhecimento científico apurado e elaborado:

> It was not only time as a dimension of human action that acquired an object of scientific and scholarly curiosity and exertion. This was not something, which happened only after the discovery of America was preceded by one sea- voyages and by the discovery occasional travels of merchants to East Asia. Oral reports on travels were recorded in Latin and were there by made available to an international public including the international world of learning. Around the middle of the fifteenth century, humanistic scholars began to bring together geographical and historical facts about the land and inhabitants of neighboring countries, as well as about those remote countries of which previously only the names had been know. This was done partly from books and partly forms the reports of first-hand observations contained in travel accounts. Cosmographies and descriptions of the world were among the products of the humanistic

> efforts. Together with cartography, these works played a significant role in the preparation and carrying out of voyages of discovery.[2] (RIDDER-SYMOENS, 2007, p. 6).

Percebe-se por meio das colocações anteriores que o conhecimento passava a ser compartilhado com um número maior de pessoas, porém não um público geral e sim com uma parcela pequena de pessoas pertencentes ao mundo acadêmico e que poderiam aprimorar o conhecimento com novos registros. As observações do autor, na citação demonstram uma perspectiva histórica que enxerga que as grandes descobertas são frutos de uma laboriosa pesquisa de fontes daquele momento, portanto havia um processo de pesquisa que demonstravam avanços significativos. Acredita-se que o trabalho laborioso acontecia no seio universitário.

A posição geográfica da nação portuguesa antes desfavorecia o intercâmbio cultural e dificultava as relações comerciais, mas no renascimento tornou-se um grande trunfo para o contexto dos descobrimentos. É notório enfatizar mais uma vez que, a descoberta do Novo Mundo não é um simples acaso, pois havia estudos e relatos específicos voltados para a eficácia das viagens mercantis. E tais conhecimentos estavam presentes nas disciplinas estudadas na Universidade em Portugal que os introduziu ao longo da Idade Média nas disciplinas como aritmética, geometria e astrologia, diferente das disciplinas de teologia, filosofia, leis e retórica que eram importantes ao clero, buscando essa cientificidade tão significativa neste momento de grandes avanços. Assim, não foi as grandes navegações que alavancaram a introdução de disciplinas ligada a cientificidade, pois as elas já estavam inseridas na grade da universidade, como conhecimento para aperfeiçoar as rotas de chegada as Índias. Com isso, as grandes navegações possibilitaram o aprimoramento desses saberes científicos. Com isso, a universidade busca, por

---

[2] “Não foi apenas o tempo como dimensão da ação humana que adquiriu um objeto de curiosidade e esforço científico e acadêmico. Isso não foi algo que aconteceu somente depois que a descoberta da América foi precedida por uma viagem marítima e pela descoberta de viagens ocasionais de comerciantes ao leste da Ásia. Os relatórios orais das viagens foram registrados em latim e disponibilizados a um público internacional, incluindo o mundo internacional da aprendizagem. Por volta de meados do século XV, estudiosos humanistas começaram a reunir fatos geográficos e históricos sobre a terra e os habitantes dos países vizinhos, bem como sobre os países remotos dos quais anteriormente apenas os nomes eram conhecidos. Isso foi feito em parte a partir de livros e em parte pelos relatórios de observações em primeira mão contidas nos registros de viagens. Cosmografias e descrições do mundo estavam entre os produtos dos esforços humanísticos. Juntamente com a cartografia, esses trabalhos tiveram um papel significativo na preparação e realização de viagens cientificas de descoberta.” (tradução livre).

meio dos conhecimentos científicos, atender aos anseios presentes nesse início do renascimento.

> Recordemos que as disciplinas de Aritmética, Geometria e Astrologia foram introduzidas no plano de estudo de 1431, podendo admitir-se, como hipótese que a sua introdução nesse plano fosse motivada pela consciência da utilidade que então teria o seu ensino na época preparatória dos Descobrimentos. (CARVALHO, 2001, p. 134)

É no momento das grandes navegações e descobertas além-mar no Reinado de D. Manoel (1495-1521) que um conjunto de estatutos vem alterar o Estudo Geral que foi cultivado no interior da Universidade lusitana. Uma das disposições mais evidentes diz respeito à quem a Universidade prestaria contas. Estabeleceu-se que a instituição ficaria sujeita às ordens do rei, e que este seria o "protetor" ou benfeitor da universidade. Assim, o estatuto manuelino norteia todo o desenvolvimento da universidade nesse momento, desde a gestão universitária até os compromissos religiosos que deveriam ser seguidos, conforme os títulos (41) dos textos destacados a seguir:

> Que não possam fazer estatutos sem el-rei ou protetor
> Que se leiam estes estatutos uma vez no ano e quando
> Quantos e quais sejam os oficiais do estudo.
> Mantimento dos oficiais.
> Quantas e quais cadeiras há de haver neste estudo.
> Que salário tenham as cadeiras.
> O tempo que hão de ler os lentes
> Que se não façam atos públicos em dia de ler.
> Das absências dos lentes.
> Que todos os escolares se escrevam na matrícula.
> Eleição do reitor e conselheiros e taxadores.
> Quando forem diferentes "reitor e conselheiros".
> Ofício do reitor e conselheiros.
> Que os lentes não entrem em conselho nas coisas que tocarem as cadeiras ou lições.
> Dos deputados.
> Do tempo de missa
> Pregações e como irão ordenados.
> Das armas.
> Da honestidade dos vestidos.
> Do recebedor.
> Quando e como se farão os arrendamentos.
> Quando e como se tomará a conta e se fará entrega.
> Do conservador.
> Do bedel.
> Da guarda das escolas.
> Do escrivão.

> Dos cursos que hão de fazer os que houverem de receber grau de bacharel.
> Dos cursos e autos para ser licenciado.
> Da licenciatura.
> Quantos mestres ou doutores hão entrar no exame.
> Doutoramentos.
> Que se possa fazer licenciado a suficiência o que não tiver curso e como.
> Forma de juramento que hão de fazer os que se graduarem.
> Do hábito que terão os mestres e doutores.
> Dos assentos.
> Das vacaturas das cátedras e substituições e suas provisões.
> Da concorrência em as vacaturas das cadeiras.
> Que os lentes não procurem nem julguem.
> Jubilação dos lentes.
> O que não for bacharel não procure, em cure nem leia em cadeira.
> Dos doutores e mestre feitos por restrito (ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1893).

A partir dos títulos mencionados do estatuto manuelino nota-se certa disposição em estabelecer o que deveria ser organizado na universidade e para quem seria delegada tal organização. O que chama atenção é que essa organização daria a universidade um maior aparato científico e assim distanciaria do caráter religioso que a permeava.

Uma característica do estatuto manuelino é acentuar a separação entre um ensino de base e o ensino superior, ou seja, organizar e diferenciar os níveis de ensino. Para o Estudo Geral os seguintes graus atribuídos são: bacharel, licenciado e doutor. Apesar da criação dos estatutos manuelinos e do avanço no campo científico, ainda havia uma grande migração de portugueses nobres em busca de conhecimentos em outras Universidades europeias.

Ao longo desse momento, é importante mencionar o esforço de alguns personagens que revelam a vontade de modificar e até mesmo inovar a educação no Reino português, com é caso de Frei Diogo de Murça (? -1561) e Frei Brás de Barros (1500-1559). Ambos pensavam que o progresso dos estudos deveria ser responsabilidade da nação e não mais da Igreja. (CARVALHO, 2001).

Após a morte de seu pai D. Manuel (1495-1521), D. João III (1521-1557) torna-se o décimo quinto rei de Portugal e dá continuidade ao projeto de expansão ultramarina dos lusitanos. Em contrapartida, enfrentou problemas econômicos em suas terras devido aos altos custos da ambição portuguesa na expansão do reino.

O reinado de D. João III (1521-1557) foi marcado por um aumento considerável da população citadina e consequentemente do desenvolvimento das cidades. Outro item relevante são ações (no aspecto administrativo, sobretudo) que cunham no governo um aspecto centralizador. Houve reformas significativas no âmbito administrativo (como exemplo temos: aumento de funcionários e juízes; promoção de cidades a vilas), eclesiástico (exemplo: criação de novos bispados e conselhos relacionados à vida religiosa) foi o responsável por estabilizar as fronteiras entre Portugal e Espanha aproximando-se assim ao que conhecemos no estado moderno. Na questão educacional foi no reinado joanino que o humanismo (movimento intelectual que valorizava o saber crítico do homem voltado para o maior conhecimento humano, desenvolvimento de suas potencialidades) influencia sobremaneira a educação lusitana, inclusive as universidades e a partir desse entusiasmo educacional que D. João III (1521-1557) financia bolsas de estudos a jovens portugueses em universidades com Paris e Bolonha para que na volta trouxessem o melhor (relativo ao conhecimento) para as terras portuguesas. Dessa forma, melhoraria em demasia o nível científico "[...] a universidade podia agora converter-se em centro de maior especialização e aprendizagem." (OLIVEIRA MARQUES, 1974, p. 273).

Em relação a Universidade de Coimbra, foi no reinado de D. João III (1521-1557) que a própria universidade teve destaque primeiramente por sua ligação com o que se compreende como universidade medieval e também pela articulação política com o poder central e a Coroa.

D. João III (1521-1557) tem grande importância na estruturação da Universidade portuguesa que atende aos anseios do seu tempo histórico. Ao aproximar a realidade de outras instituições universitárias, consegue realizar uma reforma educacional e estruturar uma formação técnica eficiente (considerando os avanços tecnológicos do momento) e com isso, atender as pretensões ultramarinas e de expansão territorial. Assim:

> Quanto a Universidade, uma vez amadurecida a sua política de educação, D. João passa a seguir com perseverança as ideias que lhe ia à mente. Partia-se da seguinte consideração, ao menos uma vez desrespeitada pelos seus sucessores: dados os costumes, a situação econômica e intelectual existente, ao país, se queria ultrapassar a mediocridade importava, de acordo com os modelos europeus em desenvolvimento. Destrinçar progressivamente o ensino superior do secundário. Assim, urgia estabelecer uma rede de

> colégios e prestigiar uma única universidade, a transferir de Lisboa para Coimbra, onde seria erigida com toda a dignidade e desafogo. (CARVALHO, 2001, p.371).

Com relação a estruturação da instituição universitária, a transferência da Universidade de Lisboa (1290) para Coimbra em caráter definitivo no reinado de D. João III (1521-1557) coloca término a uma frequente migração da instituição universitária que ora estava situada em Lisboa ora em Coimbra ao longo da medievalidade.

A criação da Universidade de Évora (1559) procurou atender a necessidade de expansão do reino de D. João III (1521-1557) que, como uma tendência europeia, ansiava por outras fundações universitárias como forma de expansão cultural do domínio português no campo educacional.

A Universidade em Portugal, enquanto instituição de formação humana e técnica dos futuros governantes e do clero (romano) tiveram suas atividades acadêmicas vinculadas dos próprios projetos políticos que cercavam tais formações.

Centralizadas no poder régio, apresentavam estatutos específicos que abrangiam seu funcionamento e direcionamento pedagógico em consonância com o reino, com uma administração orgânica e corporativa se beneficiando de alguma autonomia, porém mantendo sua importância nacional junto à metrópole.

Os conhecimentos científicos, nesse momento, estavam a serviço da Corte e seus interesses ultramarinos, mas sem descuidar dos elementos difusores de uma educação erudita como a presença da riquissimamente ordenada e imponente biblioteca que leva o nome do rei: a Biblioteca Joanina, em Coimbra.

> Se grande número de autores e pensadores importantes da época moderna passou pelo colégio e pela universidade como estudantes e às vezes como professores, foi, geralmente, fora da universidade que elaboraram suas obras mais importantes ou fizeram suas descobertas. Na época moderna, as academias e as sociedade eruditas, os cursos e as chancelarias, os salões, sem falar da biblioteca ou gabinete do rico amador tornaram-se os lugares mais comuns, não somente da sociabilidade erudita, mas de pesquisa e da inovação. (CHARLE E VERGE, 1996, p. 59).

1.3 O estudo uuniversitário e a Reforma Pombalina

É importante mencionar que as raízes das Universidades europeias, em especial, a Universidade de Coimbra, que se destaca no reino português, está

permeada dos ideais da Igreja Católica. Por muito tempo, o acesso ao conhecimento esteve restrito e direcionado apenas nos mosteiros, conventos e templos católicos.

É relevante compreender os avanços portugueses, como as grandes navegações e a expansão territorial na América, como implicações desse ensino direcionado e concentrado nas ideias da religiosidade ao longo das sucessões de reis portugueses. Muitas vezes, por isso, os jovens buscavam outros centros de estudo menos vinculados à religiosidade católica, marca do modo de vida português, ou justamente por isso o buscassem, já que em outros centros de estudo estava germinando as sementes do empirismo e racionalismo, que logo germinariam no iluminismo. É importante evidenciar que a Igreja enquanto instituição manteve-se sempre ligada ao poder e a Nobreza, sendo grande responsável em ditar a forma de vida dos citadinos e a organização de espaços de estudo, como por exemplo: a universidade.

Se no campo universitário o Estado português apresenta pontos a melhorar e assim conservar a permanência dos filhos de sua terra, já no cenário político, o reino de Portugal mostra-se importante e inserido, por apresentar sua proteção por meio da Marinha e do seu Exército. (CRUZEIRO, 1988). No entanto, é importante mencionar que a universidade portuguesa está ligada estreitamente as questões religiosas. Essa era inerente ao Estado Português, sobretudo a luta pela identidade do seu povo.

Contudo, somente a partir da reforma pombalina (com o rompimento dos laços entre o poder político e o clero) é que as melhorias para o ensino superior virão.

O momento iluminista em que vivia a Europa aspirava mudanças de pensamento e ideais influenciando assim, a mentalidade europeia como um todo e também a lusitana.

O pensamento filosófico que imperava a partir da França confrontava-se com os ideais menos liberais e modernos de séculos de religiosidade e certo conservadorismo dos portugueses. Para estabilizar uma nova ordem social era importante instruí-la por meio da reforma cultural. Como ressalta Carvalho (1978, p. 26):

> O iluminismo português foi essencialmente reformismo e pedagogismo. O seu espírito era, não revolucionário, nem anti-

> histórico, nem irreligioso como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista... Todavia, forçoso é reconhecer, o iluminismo, em que pesem as peculiaridades que historicamente assumiu nos diversos países, foi sempre um programa pedagógico, uma atitude crítica de revisão de problemas do qual não se podem dissociar, no fundo, as intenções de uma reforma, tanto das instituições, quanto dos hábitos de pensamento.

No entanto, essa reforma seria obstada pela grande influência dos jesuítas desde sempre na formação e constituição da universidade portuguesa. Os jesuítas foram assim, um dos fatores relevantes da resistência à inserção de novas ideias "progressistas": "Os jesuítas representam para os historiadores tudo o que há de anti moderno e Pombal, com seus homens, a autêntica antecipação das aspirações modernas [...]" ratifica Carvalho (1978, p. 29). Porém, contraditoriamente, há que se considerar o grande papel dos jesuítas na reforma modernizadora do ensino superior na colônia portuguesa, sobretudo, na produção, de uma nova ordem de estudos - o *Ratio Studiorum* - que alteraria, por completo, os encaminhamentos do ensino superior em suas instituições e ao redor do mundo, com um modelo ao mesmo tempo conservador e moderno de ensino. O impacto do projeto educativo dos jesuítas se mantem presente até os dias atuais. Esse posicionamento é ilustrado por Veiga (2007) quando percebemos nas escolas a aprendizagem sendo feita em sala de aula como a mais propícia, divididos em classes e sendo avaliados por meio de provas.

Apesar de toda a presença jesuíta no cenário português houve um momento de ruptura que ocorreu primeiro no interior de seu próprio projeto como sugeriu Carvalho (2001). Será a figura do Marquês de Pombal a responsável em abrir caminhos para a transformação político-administrativa e educacional em Portugal, sem a presença dos jesuítas.

Nascido como fidalgo e batizado como Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) ficou conhecido como Marquês de Pombal. Esteve em evidência no reinado de Dom José I por assumir a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra. É mencionado nos escritos históricos ligados à educação, como por exemplo, Schwartz (2002) em *A longa viagem da biblioteca dos reis* como um homem sério, austero, decidido, audacioso, despojado e acima de tudo polêmico. Tais qualidades proporcionaram a ele grande confiança por parte do Rei e uma ascensão no meio político. Logo se tornou Secretário dos Negócios do Reino, cargo de confiança política e equivalente ao papel de primeiro-ministro. Sua

ascensão se deveu em grande medida à rápida reconstrução de Portugal que conduziu logo após o fatídico terremoto de 1755. Muitas construções ruíram e sucumbiram. Um número altíssimo de mortos juntamente com incêndio que durou seis dias e uma onda gigante (tsunami) que devastou o território lusitano. Uma tragédia que carecia de um gestor eficiente para reerguer o território. Nesse contexto caótico, foi atribuída a Pombal a frase “cuidar dos vivos e enterrar os mortos”, o que ilustra seu caráter resiliente e bravio. As ações de Pombal no campo administrativo contribuíram significativamente na trajetória histórica da universidade portuguesa, como instituição. Ter um olhar atento a sua gestão possibilita compreender as peculiaridades do ensino universitário nos dias atuais.

Pombal era uma figura única. Havia os que o admiravam e apoiavam, assim como aqueles que o rivalizavam. Contudo, suas contribuições foram impactantes no modo de vida português. Em relação às reformas educacionais, um forte controle estatal foi demandado pela centralização administrativa. E o estado das Universidades nas primeiras décadas do século XVIII era de profundo abatimento e prostração, segundo Carvalho (1978). A intervenção de Pombal, por meio das diretrizes universitárias de 1772, consistiu em dar novos ares aos estudos universitários, modernizá-lo.

> O ensino de novas línguas vivas e das ciências físico-matemáticas correspondia à necessidade de uma formação despojada do formalismo da pedagogia escolástica, que procurasse traduzir os reclamos das novas condições históricas (CARVALHO, 1978, p. 144).

Os estudos universitários demandavam grande preocupação do reino e ações eficazes eram necessárias para colocá-lo a altura dos demais centros europeus:

> O estado de decadência da Universidade, entretanto, exigia uma intervenção mais profunda do poder público, pois a rotina nela imperante provinha da própria inércia dos espíritos acostumados a ler e repetir doutrinas que os Estatutos determinavam e a vontade régia obrigava a cumprir. A reforma da Universidade, nestas condições, teria forçosamente de ser a expressão de uma vontade que, de cima para baixo, se impusesse, mostrando aos professores o caminho das aquisições científicas e literárias que o ensino escolástico vedara à inteligência portuguesa. Embora fosse a Universidade um estabelecimento real, a força que o poder eclesiástico exercia era tamanha que uma reforma, só foi possível

> depois que uma nova doutrina política, de reação aos status vigente, se estabeleceu (CARVALHO, 1978 p. 153).

A reconstrução de Portugal também abrange a reorganização da instituição universitária e a limitação do poder da Igreja frente às decisões e direcionamentos universitários. Fica evidente nas colocações acima que as mudanças colocadas na reforma universitária de Pombal eram tanto de caráter administrativo (expressão de uma vontade que, de cima para baixo, se impusesse) assim como pedagógico (mostrando aos professores o caminho das aquisições científicas e literárias). Com isso, tornaria a universidade adequada aos novos tempos e a nova realidade que Portugal vivia.

Para efetivação das mudanças necessárias foi preciso pôr um ponto final do domínio educacional dos jesuítas. E o Marquês de Pombal o fez com o apoio dos legisladores da reforma universitária. Nas diretrizes universitárias de 1772 procuraram traduzir o progresso das investigações no campo da filosofia, da medicina e da matemática, bem como em relação ao pensamento teológico e jurídico.

> A valorização do método experimental e do método matemático, o antiescolasticismos sistemático, o apego à história, à crítica e à hermenêutica, no tratamento das questões teológico-jurídicas, constituem os traços mais gerais do programa de renovação da cultura portuguesa proposto pela Junta de providencia literária (CARVALHO, 1978 p. 156).

Uma das medidas proferidas pelo Marquês de Pombal na educação foi a mudança em relação aos docentes - novos professores foram admitidos no lugar dos jubilados. Os contratados em sua maioria eram estrangeiros e distinguiam-se pelo saber, pela integridade e pelo compromisso com o ato de ensinar. Era outro perfil de profissionais. Os cursos da Universidade de Coimbra passaram por significativas modificações, como veremos a seguir com as apresentações dos quadros curriculares dos cursos universitários ofertados na instituição, assim segue também algumas considerações a respeito dessas organizações curriculares.

No curso de Teologia, por exemplo, o ingresso exigia a idade mínima de 18 anos, além de preparação suficiente em língua latina, e um certificado referente à vida dos estudantes.

Quadro 1- Curso de Teologia conforme Estatuto de 1772

Ano	Matéria
1º	História Eclesiástica (Generalidades, Cronologia, Geografia, História Sagrada e História Eclesiástica); Teologia Dogmático-Polemica, História Literária da Teologia, Disciplina do Método de Estudo e Doutrina dos Lugares Teológicos (1ª parte).
2º	Teologia Dogmático-Polemica, 2ª parte (Teologia Teorética ou Especulativa, Dogmas da Fé e Teologia Simbólica)
3º	Teologia Dogmático-Polêmica, 3ª parte (Teologia Mística); Teologia Moral ou Teologia Prática (Ética Cristã, Jurisprudência Divina, Prudência Cristã e Pastoral).
4º	Teologia Litúrgica (Disciplina externa da Igreja). Simultaneamente era estudada a Teologia Canônica (Jurisprudência Canônica) na Faculdade de Cânones.
5º	Testamento Velho; Testamento Novo.

Fonte:NUNES, 2013, p. 49

O currículo do curso de teologia conforme o estatuto de 1772 que está inserido na reforma pombalina demonstra grande preocupaçao com cientificidade, e assemelha-se aos tempos atuais na organizaçao, pois a parte histórica e teorica são apresentadas no primeiro ano de ingresso no curso.

Já no curso jurídico, a duração foi alterada para cinco anos e a idade mínima de ingresso de 16 anos. Também havia condições pré-estabelecidas para o ingresso: formação anterior em latim, retórica, lógica, metafísica e ética. Os estudantes candidatos demonstrariam a sua suficiência frente a uma comissão de professores do Colégio de Artes. Tais condições regulavam o ingresso dos estudantes na vida universitária.

Nota-se que a experiência universitária era destinada a uma pequena parcela social que apresentava uma formação anterior diferenciada. E efetivada a partir das demonstrações de eficiência após passarem pela banca, ou seja, uma seleção.

Quadro 2 - Curso de Leis conforme Estatuto de 1772

Ano	Matéria
1º	Direito Natural Público e Universal e das Gentes; História Civil dos Povos, Direito Romano e Direito Português; Instituições de Justiniano do Direito Civil (1ª parte).
2º	História da Igreja Universal e Portuguesa, e do Direito Canônico Comum e Pátrio; Instituições de Direito Canônico; Instituições de Direito Civil (2ª parte).
3º	Direito Civil Romano (1ª parte).
4º	Direito Civil Romano (2ª parte).
5º	Direito Civil Pátrio, Público e Particular, Jurisprudência analítica (interpretação e Aplicação das leis).

Fonte: NUNES, 2013 p. 63.

O curso de Leis, ou como é conhecido Direito era de extrema importância, pois seria o norteador dos futuros defensores de Portugal. Seu currículo estava estruturado a partir da origem e história das leis, perpassando pelo direito canônico e direito civil e ao chegar ao quinto ano à prática de fato: a interpretação e aplicação o das leis.

O curso de Medicina, por sua vez, também apresentava condições de entrada:

> Exigiam-se conhecimentos de latim e grego, estudos filosóficos e matemáticos: filosofia racional e moral, e física, dependendo estes da frequência de três anos nos cursos filosóficos e matemáticos, a fim de obter as noções de geometria, de história natural, de física, de mecânica e de química, indispensáveis ao perfeito conhecimento das matérias médicas. Depois de completados os estudos menores e obtidos os certificados de conclusão nos cursos filosóficos e matemáticos, aos 18 anos de idade poderia inscrever-se o estudante no 1° ano do curso médico, o qual durava cinco anos. Para obtenção dos graus de licenciado e doutor era necessário mais um ano de curso (CAVALHO 1978, p. 168).

Carvalho (1978) evidencia que para o ingresso no curso de Medicina havia requisitos necessários e primordiais para o desenvolvimento e construção do conhecimento científico específico para a área médica. Assim, a preocupação com a formação completa do profissional estava na ordem do dia, desde o domínio de línguas como o grego e latim, onde obtinham os registros importantes da área de medicina, quanto em sua formação filosófica e compreensão da totalidade do ser, instrumento da prática médica.

Quadro 3 - Curso de Medicina conforme Estatuto de 1772

Ano	Matéria
1º	Matéria Médica (História da Medicina; virtude das raízes, cascas, sementes, gomas, bálsamos, partes animais, minerais, etc., com uso da Medicina, utilizando o Laboratório Químico e o Jardim Botânico; prática e teórica da arte farmacêutica, com aulas práticas no Dispensário Farmacêutico).
2º	Anatomia (com aulas práticas no hospital utilizando cadáveres humanos e animais, embalsamamento, ataduras, partos, sangrias, operações cirúrgicas).
3º	Instituições Médicas (Medicina Teórica, Fisiologia, Patologia, Semiologia, Higiene. e Terapêutica, com aulas práticas no hospital).
4º	Aforismos, de Hipócrates e Boerhaave. Aulas práticas no hospital.
5º	Inteiramente dedicado à prática no hospital.

Fonte: NUNES, 2013 p. 67

Atentando-se para a organização curricular conforme as diretrizes da reforma universitária de 1772 apresentados no quadro 3 observa-se o desenvolvimento desde o primeiro ano de ingresso dos conhecimentos científicos no campo da biologia de forma minuciosa, assim como a preocupação o em relação aos estudos anatômicos no segundo ano. Coloca-se também em destaque a prática do ofício desde o terceiro ano, o que em no entender nos dias atuais seria o estágio supervisionado.

Os cursos de Matemática assim como o de Filosofia tinham uma nova organização muito semelhante entre si e exigia previamente estudos de humanidades, principalmente o estudo da língua latina, filosofia racional e moral como condição básica para cursá-lo. A idade mínima era de 15 anos e tempo de duração de quatro anos.

A partir das colocações da grade curricular apresentadas nos quadros 4 e 5 nota-se grande aproximação entre o curso de matemática e o curso de filosofia, sendo cursos essenciais para a formação e compreensão do mundo ao qual está inserido o homem naquele momento histórico.

Quadro 4 - Curso de Matemática conforme Estatuto de 1772

Ano	Matéria
1º	Geometria (História das Ciências Matemáticas, Aritmética, Geometria Elementar, Estereotomia e Trigonometria). História Natural, na Faculdade de Filosofia.

2º	Álgebra (Cálculo Literal, Análise, Progressões, Secções Cónicas, ÁlgebraInfinitesimal, Cálculo Diferencial e Integral). Física Experimental, na Faculdade de Filosofia.
3º	Foronomia
4º	Astronomia

Fonte: NUNES, 2013 p. 74

Para o curso de Filosofia era pré-requisito o curso completo de humanidade, grego e ter no mínimo 14 anos de idade. O ensino filosófico na Reforma de 1772 era base indispensável para os demais cursos universitários e transformou-se num curso superior com a reforma pombalina.

Quadro 5 - Curso de Filosofia conforme Estatuto de 1772

Ano	Matéria
1º	Filosofia Racional e Moral (Prolegómenos Gerais da Filosofia, História da Filosofia, Lógica, Metafísica e Moral.
2º	História Natural (Zoologia, Botânica, Mineralogia, História de Plínio). Geometria, na Faculdade de Matemática.
3º	Física Experimental (propriedades gerais dos corpos, equilíbrio e movimentos, gravidade, propriedade dos fluidos, meteoros, acústica, a água, o fogo, o arco-íris, espelhos e lentes, magnetes, eletricidade natural e artificial).
4º	Química (princípios e elementos dos corpos, afinidades, substâncias salinas, ácidas, alcalinas, metálicas e oleosas, fermentações, operações de análise, destilações, dissoluções etc.).

Fonte: NUNES, 2013 p. 78

Com as informações a partir dos quadros curriculares apresentados anteriormente entende-se que os requisitos prévios para o ingresso nos cursos universitários especificavam quem seria o candidato ideal para cursar os cursos já elencados e a partir dessas especificidades o desenvolvimento de cada curso. Também é importante destacar a duração dos cursos, pois entende que o conhecimento deve ser construído por meio de teorias apresentadas e estudadas ao longo dos primeiros anos de vida universitária e a aos últimos anos de formação consisti no desenvolvimento da prática e vivencia do ofício.

As mudanças eram evidentes nos cursos da Universidade de Coimbra, no entanto, na Universidade de Évora, que estava sob forte influência dos jesuítas, a filosofia

inaciana fora extinta. Esse momento histórico é relatado com expressada amargura no sítio oficial da Universidade de Évora:

> Apesar das tentativas de modernização e abertura ao novo espírito científico, que caracterizam a Universidade setecentista, há que reconhecer, contudo, que, a exemplo da sua irmã mais velha de Coimbra, o seu esforço não se traduziu numa efectiva abertura dos espíritos às necessidades dos tempos novos. Não obstante o alto valor individual de numerosos docentes, o sistema de ensino como um todo, revelou-se desajustado e antiquado. Évora participou, assim, na tendência global de virar costas à Europa que caracterizou a generalidade das elites e instituições culturais ibéricas do Antigo Regime. Quando a conjuntura política e cultural de meados do século XVIII se começou a revelar hostil aos jesuítas, não admira que a Universidade de Évora se tenha facilmente transformado um alvo da política reformadora e centralista de Pombal. Em 8 de Fevereiro de 1759 - duzentos anos após a fundação - a Universidade foi cercada por tropas de cavalaria, em consequência do decreto de expulsão e banimento dos jesuítas. Após largo tempo de reclusão debaixo de armas, os mestres acabaram por ser levados para Lisboa, onde muitos foram encarcerados no tristemente célebre Forte da Junqueira. Outros foram sumariamente deportados para os Estados Pontifícios. (UNIVERSIDADE DE ÉVORA,2019)

A reforma de 1772, especificamente ao curso de Medicina, permite novos conhecimentos provindos de uma metodologia com base nas ciências experimentais e exercícios práticos. Mudanças estruturais na Universidade também foram feitas com a criação de espaços específicos do conhecimento como o Observatório Astronômico, o Jardim Botânico, o Laboratório Químico e o teatro de Anatomia. Com isso, o ensino da Filosofia deixava de ser apenas por meio de livros e transformava-se em um caminho empírico para investigação.

Assim, as novas estruturas pedagógicas dos cursos da Universidade de Coimbra apresentam como objetivo a mudança no modo de vida do português e de Portugal, mais correspondente às exigências do tempo presente.

As mudanças significativas das matrizes curriculares dos cursos ofertados pela instituiçao conforme a reforma pombalina nos dá a entender a preocupaçao com a formaçao científica e de fato um distanciamento da cientificidade da religiosidade. No entanto, para o contexto histórico apresentado ao longo do capítulo a universidade apresenta consideradas contribuiçoes sociais, entre elas é a insituiçao resonsável na reseervaçao de conhecimentos clássicos e a formaçao da classe eclesiástica.

O quadro 6 apresenta um organograma dos cursos já comentados e deixa claro o que de fato era esperado do candidato ao curso escolhido.

Quadro 6 - Organograma dos cursos da Universidade de Coimbra (1772)

	Curso de Teologia	Cursos Jurídicos	Curso de Medicina	Curso de Matemática	Curso de Filosofia
Idade de Ingresso	18 anos	16 anos	18 anos	15 anos	14 anos
Duração do Curso 08 às 12 h. e 14 às 18 h.	5 anos	5 anos	5 anos	4 anos	4 anos
Habilitações	Boa instrução em Latim, Retórica, Lógica, Metafísica, Ética, Catecismo, Grego e Hebraico, confirmadas em exame de admissão.	Latim, Retórica, Lógica, Metafísica, Ética e Grego, confirmadas em exame de admissão.	Latim, Grego e Filosofia.	Latim, Grego, Francês e Inglês.	Latim e Grego.
Principais características	• Necessidade do espirito da vocação para o curso, como um chamado de Deus; • Perfil de um bom cristão, para a perfeita promoção da felicidade espiritual e temporal dos vassalos do Rei; • Crítica da escolástica e apelo ao método demonstrativo.	• Havia a determinação de incorporar o estudo de fontes portuguesas no currículo; • Redução de oito para cinco anos de duração; • Em dois anos o curso era de base geral e só a partir do terceiro ano era dividido em Leis ou Cânones; • Método demonstrativo e entrada do direito natural.	• O estudo da anatomia por intermédio da dissecação de cadáveres era proibida por questões religiosas; • Implantados o estudo da higiene e a adoção das descobertas relacionadas à circulação do sangue, teorias na anatomia, na patologia e na farmacologia. ▪ Foram construídos novos edifícios destinados ao laboratório químico, ao hospital, ao teatro anatômico, ao dispensário farmacêutico e ao gabinete de física experimental.	▪ Pré-requisito para todos os demais cursos. ▪ Criação do observatório astronômico. ▪ Possibilidade de ser admitido na marinha.	▪ Pré-requisito para o curso de Medicina, por servir de preliminares a uma filosofia do corpo humano. ▪ Início do estudo da Filosofia Racional e Moral. ▪ Instalação do Gabinete de História Natural. ▪ Criação do Jardim Botânico. ▪ Instalação do Gabinete de Física Experimental. ▪ Instalação do Laboratório Químico.

Fonte: NUNES, 2013 p. 87

Essas importantes transformações conduzidas por Pombal de um novo sistema de ensino no reino português e consequentemente em suas colônias marcou definitivamente os rumos deste nível de ensino e assim, serão grande influenciadoras das matrizes curriculares das universidades brasileiras. Houve com isso, um crescente número de publicações de trabalhos científicos e didáticos como resultado da ampla renovação no ensino superior no período setecentista.

Ao fim desse capítulo nota-se um esforço em realizar um entendimento da trajetória histórica da universidade desde o surgimento no medievo, sua criação e peculiaridades em Portugal, suas diversas mudanças e sua ligação com a Igreja, chegando assim ao distanciamento administrativo bem como pedagógico realizado a partir da reforma pombalina que foi importantíssimo na formação do novo modo

português e que também será uma semente que germinará e influenciará as características das universidades no Brasil. Com isso, compreende-se atual estrutura administrativa e pedagógica adotada até os dias atuais nas instituições universitárias e confirma novamente a importância da universidade enquanto instituição e suas inúmeras contribuições sociais e até a compreensão da sua permanência ao longo do tempo e permanência.

2. A UNIVERSIDADE NO CONTEXTO LATINO AMERICANO

Nessa seção tratamos a origem da Universidade no contexto latino-americano, suas implicações e especificidades a fim de compreender a sua realidade, o seu presente e o seu passado e assim poder contribuir para o entendimento da trajetória histórica da universidade, enquanto instituição e suas peculiaridades no Brasil uma vez que a universidade brasileira está inserida em um contexto globalizado. Também é notório atentar-se para a sua importância na construção do ideário de nação e também na construção da sociedade da qual faz parte.

Será apresentado um breve entendimento sobre as características especificas da colonização - espanhola e portuguesa - no âmbito americano, somente com a finalidade de contextualizar a chegada da universidade na América Latina[3]. Logo em seguida, uma sucinta explanação sobre a Real Pontifícia Universidade do México (1551), e a Universidade de Córdoba (1621), na Argentina com a finalidade de ilustrar nosso entendimento sobre a universidade em solo americano sob o olhar espanhol. Por fim, teceremos algumas considerações sobre o surgimento das primeiras faculdades brasileiras e a sua importância no contexto latino-americano, ao longo do século XIX e XX.

Como nos dizeres de Prado: “[...] para entender a instituição é preciso buscar as questões filosóficas que a informam e nas quais fundam sua legitimidade e, ao mesmo tempo, cruzá-la com o mundo das vicissitudes políticas enlaçando-as com a sociedade que nasce e da qual pertence” (1999, p. 16).

Concomitante as mudanças que ocorriam em Portugal encabeçado por Pombal (destaque para sua reorganização administrativa e pedagógico da universidade colocadas na reforma universitária de 1772) que serão fundamentais na estruturação da universidade brasileira, com enfoque nesse trabalho, e em específico nesse capítulo da criação da universidade do Paraná, se tem a estruturação da universidade nas terras americanas de domínio espanhol. O marco de início de nossa trajetória histórica em solo americano é o período colonial[4]·, para

---

[3] Não é objeto dessa pesquisa a análise e comparação entre a colonização espanhola e portuguesa, em específico suas diferenças e semelhanças no campo educacional, visto ser um campo muito vasto e adverso da pesquisa que se desenvolve nesse trabalho

[4] Ressalta-se que não é objeto de estudo a análise de questões históricas ligadas a chegada, conquista e processo de colonização espanhola e portuguesa na América, pois é interessante apenas

poder dialogar com a reflexão da criação da universidade no Brasil e, em específico, da universidade do Paraná, considerando que a instituição paranaense está inserida geograficamente em solo americano.

Assim, apresenta-se primeiramente o contexto histórico da América desde a chegada dos europeus, a relevância do Tratado de Tordesilhas como instrumento de demarcação dos limites de cada reino, a estruturação, a formação e construção do povo americano sob domínio tanto português quanto espanhol e a importância da universidade nesse processo de construção do ideário de nação. Para isso, será importante a identificação de elementos pertinentes que contribuem na construção da instituição universitária.

Dessa forma, volver-se para as origens tanto portuguesas quanto espanholas da universidade, na América Latina, é importante para compreender o ideário de homem daquele tempo histórico e as contribuições da educação na construção do homem americano.

Em relação ao lado português será feito inicialmente uma contextualização da chegada dos portugueses na América, a importância da Companhia de Jesus na formação educacional brasileira e será abordada a reforma pombalina, agora sob os aspectos e consequências na colônia portuguesa na América e sua importância na construção da universidade brasileira. Para compreender melhor essa questão, serão apresentadas as características peculiares da criação da primeira universidade no Brasil e a relevância da universidade do Paraná nesse contexto. Para essa reflexão será considerado os dizeres de autores como Azevedo (1976) Nunes (1980) e (1981) Menezes, Pereira e Mendes (2012) e Eisenberg (2000). As considerações em relação ao posicionamento português na América serão feitas após as espanholas.

Em relação ao domínio espanhol, haverá um esforço em compreender como foi o processo de colonização espanhola e suas implicações em relação a Educação, em específico a criação das universidades na América e suas peculiaridades. Autores que tratam desse momento histórico como Gibson (2004), Elliot (2004), Campos (1991) e Bernand & Gruzinski (2001) serão fundamentais para o desenvolvimento dessa seção.

---

identificar alguns elementos que contribuem para o entendimento da universidade enquanto instituição.

Em 1492 desembarca no Novo Mundo Cristóvão Colombo. Inaugura-se assim, um novo momento histórico: a conquista e domínio das terras recém-encontradas: a América. Como coloca Galter (2012) esse acontecimento foi parte do processo de expansão marítima e comercial dirigida pelos povos ibéricos (portugueses e espanhóis) que criaram grande expectativa em encontrar riquezas como o ouro. Dessa forma, torna-se o marco do interesse de portugueses e espanhóis em planejar e colocar em prática expedições para cruzar o Atlântico rumo a América.

O interesse de Portugal e Espanha pelas novas terras gera uma grande tensão, pois até então não se sabia qual parte pertencia a cada um. Para amenizar e resolver o conflito foi feita a bula *Inter Coetera* emitida pelo Papa Alexandre VI em 1493 e define um traço a 100 léguas das ilhas de Cabo Verde. As terras a oeste desse meridiano ficariam sob o controle da Espanha. Portugal não concordou com a partilha e recorreu, pois o meridiano passava no meio do Oceano Atlântico, o que deixava todo território americano para a Espanha deixando o reino português no prejuízo.

2.1 O modelo de colonização espanhola no Novo Mundo

Em 1494, os reinos ibéricos assinam o Tratado de Tordesilhas. Esse novo documento traz uma reavaliação em relação aos cálculos do meridiano que dividiria as terras do território Novo Mundo. Agora o meridiano seria a partir em 370 léguas a contar das ilhas de Cabo Verde, ou seja, seria o equivalente a 1770 km das ilhas cabo verdense.

A legalidade do documento não acontecia de fato na América, pois havia uma grande dificuldade em fiscalizar a linha imaginária e o problema real que enfrentavam os desbravadores, como por exemplo, os perigos da selva e o desconhecimento dos povos que estavam ali. Tanto Portugal quanto a Espanha enviaram exploradores em busca de riquezas, a mais interessante no momento era o ouro.

Retomando a questão do Tratado de Tordesilhas é importante entender que a divisão geográfica das terras recém-encontradas entre Portugal e Espanha terá implicações não só no processo de colonização, mas na efetivação da educação em cada espaço e na construção da identidade dos povos americanos. Dessa forma,

ficarão claras as peculiaridades das instituições de ensino em específico as universidades em terras colonizadas pela Espanha e as instituições em terras portuguesas.

Por outro lado, é fundamental pensar a identidade do povo latino-americano e assim é remeter-se à sua formação como seres/grupos diversificados, ainda que sob a tutela dos reinos ibéricos. É, ainda, refletir como foi construída essa identidade e as instituições que colaboraram nessa formação. Como afirma Freitas Neto (2011, p. 62):

> A história das instituições europeias que fincaram raízes em solo americano, ainda durante o período colonial, é marcada por polêmicas relacionadas à existência de especificidades em tais instituições, em um lugar diferente de suas origens. A presença de universidades no mundo hispano-americano remonta às origens do domínio colonial e é um registro das heranças culturais europeias no Novo Mundo. Mesmo que o sentido de universidade esteja muito distante da forma como as pensamos atualmente, sua existência revela, ao menos, a preocupação de que saberes e ensinamentos tinham um lugar próprio e que as principais áreas coloniais espanholas deveriam ter seus núcleos para os conhecimentos importantes da época, como teologia, filosofia e normas jurídicas. A concepção de universidade, o papel da educação e da instrução, as transformações científicas e a mudança das próprias sociedades servem como indício para se pensar as estreitas vinculações entre a formação de uma elite intelectual e os processos políticos de cada país.

Seguindo as observações do autor entende-se que não houve somente a formação e construção da identidade do povo latino americano nas instituições, mas também ocorreu a preservação da herança dos reinos colonizadores, seja a herança dos costumes como também dos conhecimentos até então adquiridos. Esses aspectos definiram as identidades das universidades latino americanas.

No domínio espanhol é importante lembrar que havia uma preocupação com a educação da população espanhola no Novo Mundo, visto que a Espanha caracterizou-se por trazer para a América as condições semelhantes que havia na Europa, ou seja, buscou realizar uma cópia do modelo espanhol em todas as esferas da vida, explicando melhor, assim que conquistavam um determinado local, criava-se uma cidade e consequentemente estabelecia seu governo local que ficaria responsável na organização de novas conquistas territoriais e também na estruturação das cidades com características espanholas. Para ilustrar, atenta-se a

educação superior. A criação de uma universidade é padronizada desde o aspecto físico até o modelo pedagógico adotado.

> El fenómeno hispanoamericano fue un trasplante total de la vida española a América, con dos móviles principales, entre otros: la conversión del indígena y su transformación a la vida civilizada. Todo en la vida hispanocolonial se realizó en un marco muy hispánico. Eso mismo ocurrió con el fenómeno universitario: Salamanca, la más añeja y célebre de las universidades españolas, fue el modelo, prototipo y Alma Mater delas universidades hispanoamericanas (MARTÍNEZ, 1993, p. 362).

Segundo as colocações de Martinez (1993), a Universidade de Salamanca foi o modelo a ser seguido desde a sua mobília até os cursos ofertados. Salamanca seria a base para as universidades que serão criadas em solo americano e sob tutela espanhola por ser considerada uma das mais antigas da Europa e por estar em evidencia em solo espanhol.

Alejo Montes (2007) observa que os cursos de direito canônico, direito civil, teologia, medicina e filosofia seriam ofertados nas colônias espanholas considerando o modelo de Salamanca.

Novamente reitera-se a importância e influência da igreja no processo de colonização na América. Em relação ao modelo acadêmico e ao mantenedor Rodriguez (2008) chama atenção:

> Unas universidades nacieron como pontificias, pero con ulterior aprobación real. Otras son erigidas por la monarquía, para las que se pide luego la aprobación pontificia. […] Unas son fundaciones independientes de toda entidad, como ocurría con la Universidad de Salamanca. Otras tienen como base los conventos y colegios dominicos, agustinos y jesuitas, o los seminarios tridentinos, centros híbridos, similares a la Universidad de Alcalá de Henares. […] Algunas no fueron universidades en sentido pleno, sino academias universitarias, con facultad para graduar, y que durante el período hispánico se esforzaron por alcanzar la categoría universitaria con privilegio directo y específico (RODRÍGUEZ, 2008, p. 156).

A partir das considerações de Rodriguez (2008) entende-se que grande parte das universidades que nasceram em solo americano sob o olhar espanhol tinham ligações com a Igreja, seja por ligação aos conventos ou mesmo com os colégios liderados pelas ordens religiosas que efetivamente contribuíram na educação na América.

É importante destacar que apesar do grande esforço da Espanha em reconstruir a universidade espanhola na América, havia a necessidade em realizar adaptações às características tanto em relação ao momento histórico que estava inserido quanto ao espaço geográfico, bem como a população que se encontravam nos lugares.

Outro aspecto que merece atenção é dos altos investimentos da Coroa espanhola em busca de riquezas que atraia os espanhóis de alta classe recém-vindos ao Novo Mundo com suas famílias e que vinham em grupos. Assim, as universidades criadas eram ofertadas aos filhos desses espanhóis abastados. A intenção dessas instituições era a formação dos filhos dos espanhóis nascidos na América ou aqueles que vieram com seus pais.[5]

Schwartzman (1996, p.200) reitera as observações anteriores salienta que:

> Nem todos os países latino-americanos se desenvolveram da mesma maneira, e os diferentes vínculos que as elites latino americanas mantinham com as universidades europeias explicam muito das diferenças entre suas instituições de ensino superior. Estes vínculos podiam consistir na tradição de completar os estudos em universidades europeias, na vinda de professores para ensinar nas universidades locais, ou ainda na forte presença de filhos de imigrantes europeus entre estudantes e professores. A influência europeia trazia os conhecimentos e a vivência de instituições que tinham se modernizado ao longo do século XIX, e sobretudo a valorização da educação e do conhecimento técnico como instrumentos de mobilidade social, atitudes que pressionavam os sistemas universitários locais para melhorar sua qualidade e incorporar os conhecimentos mais modernos. Lugares com forte presença de imigrantes europeus, como Buenos Aires e São Paulo, desenvolveram melhores instituições do que os que se mantiveram mais isolados, como o México ou Rio de Janeiro.

A partir da citação acima entende-se que pluralidade e diversidade das universidades na América são características advinda da diferença de desenvolvimento das regiões americanas, bem como com os vínculos estabelecidos entre as universidades europeias e as universidades no Novo Mundo.

---

[5] Apenas para conhecimento, a primeira universidade espanhola segundo Martinez (1993) foi a Universidade Santo Tomás de Aquino em 1518 que fica ao sul da República Dominicana. Essa foi uma região que inicialmente houve um grande investimento da coroa espanhola, visto a descoberta de grande quantidade de ouro na região. Os cursos ofertados nessa universidade foram: teologia, artes, direito e medicina

Guerra (2005, p. 15) também confirma: “Nessa empreitada, nem todas as regiões americanas progrediram num mesmo ritmo e nem seguiram as mesmas vias“.

A busca por mais ouro alimentava a sagacidade espanhola e direcionava a busca por novos territórios, ou seja, desbravar mais e mais as regiões americanas e constantemente os combates entre espanhóis e indígenas aconteciam.

Dessa forma, novas cidades surgiam, novos modelos espanhóis na América nasciam e com isso novas universidades eram criadas. Pode-se entender que a Instituição universitária seguiu o projeto de conquista e expansão territorial advindo da Espanha.

Uma reflexão plausível em relação à criação da universidade em solo americano sob tutela espanhola é que a formação dos filhos dos espanhóis nascidos na América.

A educação dos filhos dos espanhóis que chagavam nas colônias era a forma eficiente em preservar o ideário de conquista e expansão territorial bem como formar rapidamente pessoas para a ocupação de cargos das cidades que surgiam.

Schwartzman (1996, p.202) sintetiza bem a ideia da criação da universidade latino americana, quando a define como a educação para as profissões:

> Uma característica importante da educação superior latino americana foi sempre o predomínio das escolas profissionais de direito, medicina, engenharia e das academias militares. Na Europa, estas escolas profissionais geralmente se situam fora das universidades, ou pelo menos se organizam de forma independente do núcleo acadêmico central, normalmente orientado para a educação geral, as humanidades e as ciências básicas. Mas a educação superior na América Latina, desde seus inícios, foi definida quase sempre como sinônimo de educação para as profissões. Desta maneira, alguma qualidade foi preservada, nas melhores escolas de engenharia e medicina; mas foi também um fator de resistência às inovações oriundas de novos grupos sociais que aspiravam a uma educação superior mais acessível, à abertura de novas disciplinas, e a tentativas de mudança vindas de governos e movimentos reformistas.

Visto toda a trajetória da conquista espanhola e a importância dentro do cenário apresentado, a criação da universidade é algo extremamente relevante. No entanto, as colocações de Schwartzman (1996) nos capacitam a entender que ao mesmo tempo em que a educação para as profissões era evidenciada, também havia a questão na falta de abertura para novos conhecimentos. Ou seja, havia

somente o movimento da preservação e não da inovação. Porém para aquele momento histórico a manutenção era algo importante para continuidade do processo de conquista.

2.2 O domínio português na América

Com relação ao domínio português na América ele acontece de forma diferenciada em relação ao domínio espanhol.

Após a chegada de Pedro Álvares Cabral, houve um período (em torno de 32 anos) sem uma ocupação efetiva. Apenas houve a exploração do território em específico do pau-brasil. Como também houve a preocupação em mapear o litoral, por meio de expedições para terem noção da imensidão do território conseguido no Tratado de Tordesilhas.

As investidas de outras nações no território português na América obrigaram Portugal a ocupar efetivamente seu lado americano. Porém havia uma grande dificuldade, pois o Brasil era imenso e surgia a grande dúvida em como realizaria.

A melhor alternativa encontrada foi a criação das capitanias hereditárias:

> Foram criadas quinze capitanias hereditárias, que dividiram a costa brasileira em faixas de território de extensão variável. [...] Os donatários ou capitães podiam fundar cidades, nomear funcionários e distribuir terras aos colonos. Além disso, já que o objetivo das capitanias hereditárias no Brasil era estimular o povoamento e o desenvolvimento econômico, a coroa oferecia alguns benefícios financeiros aos potenciais agraciados com concessões. Cada um receberia dez léguas da costa como propriedade sua, teria o controle do comércio de escravos índios, um percentual do comércio do pau-brasil e o monopólio dos moinhos e outras melhorias importantes (SCHWARTZ, 2002, p. 222).

Segundo Schwartz (2002), as capitanias foram uma solução pertinente, pois ocupariam o território conquistado, e consequentemente manteriam as riquezas do lugar sob tutela da coroa portuguesa e afastariam os possíveis invasores. Porém, os objetivos não foram alcançados, pois muitos dos que receberam terras nunca estiveram no Brasil.

Somente em 1549, como o Governo Geral no Brasil que há a efetiva ocupação do território brasileiro. Os primeiros jesuítas que desembarcam no Brasil exercem um papel primordial e pioneiro no processo de ocupação do território. Ficam responsáveis em catequizar os indígenas e assim garantir o processo de

ocupação e colonização, por meio da domesticação dos indígenas. Os homens capturados em tribos africanas eram a mão de obra necessária para garantir a retiradas das riquezas e consequentemente dos lucros e o grupo político, representado por Tomé de Souza, ficava responsável pela garantia do bom funcionamento da colônia.

A educação no Brasil nesse momento ficará restrita a elite e aos indígenas. Entende-se nesse momento por elite os filhos de portugueses (colonos) nascidos no Brasil. A educação dessa elite será para a manutenção de funções de assuntos coloniais. Já a educação dos indígenas dará por meio da catequização, da domesticação e europeização dos indígenas. É importante lembrar que não há universidade nesse momento na colônia portuguesa.

É importante destacar a importância da Companhia de Jesus no processo educacional no Brasil. Azevedo (1976) em seus dizeres afirma que eles colaboraram para gênese da história e da educação brasileira e, por conseguinte colaboraram na formação na construção do ideário de pátria. Em contrapartida, a cultura literária e clássica permeada pelo espírito religioso e universalista retirou valores nacionais e de espíritos modernos.

Fato que diverge a colonização portuguesa da espanhola em relação a educação é a ausência de criação de universidades brasileiras no período de colonização, visto que “ler, escrever, contar e orar eram objetivos da educação colonial, nem sempre, aliás, atingidos” (WEHLING, 1999, p. 297).

A educação jesuíta no Brasil será tão importante, pois será o gérmen da construção da unidade nacional, construída por meio da língua, da religião e cultura.

> Foi, de fato, em grande parte pela influência dos padres que se preparou a base da unidade nacional na tríplice unidade de língua, religião e de cultura, em todo o território. Nenhum elemento intelectual foi mais poderoso do que o ensino jesuítico, na defesa e conservação da língua culta, cuja ação unificadora é de uma importância primordial e que constitui, [...], o núcleo central e o único elemento “nacionalista” desse ensino preponderantemente literário e retórico (AZEVEDO, 1976, p 42).

Azevedo (1996) enfatiza que nenhum elemento intelectual foi mais poderoso do que o ensino jesuítico, visto ter perdurado por 210 anos. Ou seja, tempo suficiente para ter enraizado os elementos estruturantes na esfera linguística, religiosa e cultural.

Com as transformações e mudanças que aconteciam na Europa, especificamente em Portugal em consequência a postura inovadora de Pombal, já descrito no primeiro capítulo, compreende-se que a reforma pombalina também era importante e determinante para o futuro educacional na colônia. E assim, ordena a expulsão dos jesuítas do território brasileiro.

> Foram 210 anos de educação jesuítica que são interrompidos bruscamente, a partir das reformas feitas em Portugal pelo Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Mello), então ministro de D. José I. Pela primeira vez o Estado passa a orientar os rumos da educação, objetivando substituir a escola que servia aos interesses da fé pela escola útil aos fins do Estado. [...] Ocorre, literalmente, a extinção do sistema educacional jesuítico sem que nada fosse colocado em seu lugar, limitando-se, a reforma, à definição de orientações gerais e a instituir algumas poucas aulas régias (ZOTTI, 2004, p. 24-25).

Zotti (2004) enfatiza em seus dizeres a posição do Estado em relação à educação, tomando para si a sua responsabilidade e seus rumos. Em relação à colônia portuguesa, tal atitude acontece de forma abrupta (expulsão dos jesuítas do território brasileiro) e não gradual impossibilitando adaptações às mudanças previstas. Com isso, grandes lacunas nas questões pedagógicas ficaram em aberto, entre elas como seriam as aulas, seus objetivos, uma vez que a catequização e a religiosidade eram base da educação na colônia.

Com a falta de amparo e direcionamento pedagógico, muitos portugueses membros de um grupo favorecido na colônia conforme coloca Silva (2004) enviavam seus filhos para finalizar seus estudos na Europa, especificamente a Universidade de Coimbra.

As pessoas que ocupavam os cargos da administração civil, militar, eclesiástica e judicial do governo colonial assim como os mineradores e comerciantes, altos funcionários ligados a atividade de mineração e donos de terras ligado em atividades agrárias eram as pessoas em condições financeiras para arcar com os custos educacionais de seus herdeiros.

A vinda da família real portuguesa em 1808 causa mudanças significativas na colônia e em específico gera consequências na educação brasileira. Assim, para receber e proporcionar as condições semelhantes ao que eram encontradas na Metrópole, desde a estrutura das casas até as atividades culturais e sociais ofertadas no Brasil, muitas transformações aconteceu. No âmbito educacional, pela

falta de profissionais que ocupassem cargos importantes para o andamento e manutenção do território foi necessária a formação de mão de obra. Dessa forma, havia a necessidade de criação de cursos universitários, como o curso de cirurgia em Salvador e Rio de Janeiro.

Ao analisarmos os percursos históricos da Espanha e Portugal nas terras americanas, compreendemos que de fato, ambos tinham por objetivo primário a exploração das riquezas territoriais. No entanto, a forma como foi feito essa exploração foi peculiar a cada uma, bem como o uso da educação como instrumento determinante de ocupação do território. Enquanto a Espanha criava universidades com o objetivo de formar filhos de colonos para manter suas raízes e assim ocupara cada vez mais o território, porém em consonância e semelhança com Espanha, Portugal não criou nenhuma instituição universitária ao longo da colonização.

> Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia. Ao final do período colonial, havia pelo menos 23 universidades na parte espanhola da América, três delas no México. Umas 150 mil pessoas tinham sido formadas nessas universidades. Só a Universidade do México formou 39.367 estudantes. Na parte portuguesa, escolas superiores só foram admitidas após a chegada da corte, em 1808. Os brasileiros que quisessem, e pudessem seguir curso superior tinham que viajar a Portugal, sobretudo a Coimbra. Entre 1772 e 1872, passaram pela Universidade de Coimbra 1.242 estudantes brasileiros. Comparado com os 150 mil da colônia espanhola, (CARVALHO, 2008, p. 23).

Carvalho (2008) esclarece e corrobora a diferença na efetivação do ensino superior no América Latina. Enquanto um número significativo de pessoas era formado na América espanhola, outro número de brasileiros seguia para Portugal para ingressarem nos estudos finais na Universidade Portuguesa.

Outro ponto importante para destacar em relação ao domínio espanhol e português é a relevância do Estado e da Igreja na criação das universidades nos países latino americanos. Martinez (1993) afirma que a educação superior por meio do Estado garantia a continuidade do sistema e a perpetuação de conhecimentos referentes a uma minoria e que a cabia a Igreja a formação dos futuros clérigos, ou líderes religiosos que contribuíram para a expansão, domínio territorial e preservação do território conquistado.

A partir das observações referentes ao contexto histórico da América Latina, sobretudo o período de conquista e expansão territorial na América espanhola e

portuguesa atentamos para uma diferença considerada em relação à importância da universidade como instituição. Para a Espanha, a universidade era um instrumento de manutenção das raízes espanholas no Novo Mundo e um elemento fundamental para perpetuar essas raízes. Assim, ao volvermos nossos olhos para a colonização espanhola e portuguesa compreendemos a relação de atuação na formação de ofícios em detrimento ao desenvolvimento empírico.

A seguir, destacaremos as universidades do México e Córdoba e suas especificidades.

2.3 A criação da Real Pontifícia Universidade do México (1551)

A Universidade do México foi fundada em 21 de setembro de 1551 e é uma das mais antigas universidades latino-americana. Hoje, recebeu o nome de Universidade Nacional Autônoma do México. Sua fundação deu-se logo após a conquista do território mexicano pelos espanhóis. A Real Pontifícia Universidade do México foi fundada pela realeza espanhola e logo no início de sua existência desfrutou de privilégios dirigidos à Universidade de Salamanca.[6]

Porém, para que sua existência realmente fosse válida fazia-se necessário que o Papa confirmasse mediante bula; e assim foi feito pelo Papa Clemente VIII. A partida de seus estudantes em busca de conhecimentos mais apropriados estava na ordem do dia naquele momento.

> Gracias a la naciente universidad se crearon las condiciones para formar aquí una minoría de letrados capaz de desempeñar los cargos medios de la burocracia estatal y eclesiástica, en vez de que los criollos tuvieran que dirigirse a España para obtener dicha capacitación, o de que, por no existir en México un personal calificado para dichos puestos administrativos, todos ellos tuvieran que ser proveídos desde España, y con individuos de origen peninsular (MARSIKE, 2006 p. 9).

As considerações de Marsike (2006) novamente confirmam algo já salientado: a necessidade de formação de uma minoria para desempenhar papéis administrativos fundamentais para a conservação e manutenção dos ideários

---

[6] Tais afirmações foram obtidas por meio do site oficial da universidade do México.

espanhóis. Compreende-se que a utilização da universidade enquanto instituição como instrumento de manutenção era uma característica marcante no domínio espanhol e terá assim influência considerada nas suas universidades em solo americano.

Em relação à organização das faculdades da Universidade do México existem a Faculdade de Artes, a de Medicina a de Direito Civil e Leis, a de Direito Canônico e Teologia.

> La de menor jerarquía dentro de aquéllas era la de Medicina y seguía la de Leyes, en donde se debía estudiar el Corpus iuris civilis, la compilación de leyes preparada por encargo del emperador Justiniano, es decir el derecho romano. De mayor jerarquía que los anteriores era la Facultad de Cánones, donde se estudiaba el corpus del derecho eclesiástico. La Facultad de Teología, la primera jerárquicamente, se leían los libros que contenían los dogmas de la Iglesia, a partir del siglo XVI la Suma Teológica de Santo Tomás (MARSIKE, 2006, p.10).

A citação anterior esclarece a ordem de relevância dos cursos ofertados na universidade do México e assim a ordem de criação desses cursos. É esclarecido que o curso de teologia estava em destaque na hierarquia, pois a formação de novos teólogos contribuiria para catequização e domínio espanhol no Novo Mundo, bem como contribuiria para o aumento de fiéis para a Igreja.

Ao longo do tempo a universidade do México exerceu o papel de conservação dos ideários espanhóis e assim muitos profissionais foram formados e criados a partir do modelo espanhol. A universidade mexicana não cresceu no sentido de desenvolvimento de conhecimento, apenas reproduziu algo que já estava posto com o objetivo de conservar e manter a cultura espanhola na América. Com isso, não houve inovações nesse contexto histórico.

As transformações e aspirações pela independência já no século XIX não exerce impacto na vida da intuição no que diz respeito ao processo pedagógico.

> La independencia de México en 1810 parece no haber tenido consecuencias en la Universidad. Cuando México comenzó su vida independiente las universidades y los seminarios olían a viejo. Con dificultad hallaban libros nuevos, catedráticos de mentalidad moderna o materias innovadoras. La guerra contra España a algunos les había forzado a cerrar sus puertas y a todos a distraer los fondos necesarios para su mantenimiento. Al reabrirlos en la década de 1820, seguían los antiguos ritos a pesar de haber cambiado radicalmente las circunstancias políticas (MARSIKE, 2006, p. 16).

A universidade mexicana estava inserida em um novo momento histórico (século XIX), porém ainda enraizada em uma mentalidade já superada. Arrisca-se até a ponderar que isso aconteceu devido à falta de estímulo as produções e inovações na área acadêmica. Ressalta-se que a universidade não foi criada com essa finalidade e sim para a formação de profissionais para manter a ordem na colônia.

Algumas tentativas de reorganização da Universidade foram pensadas e realizadas, bem como ações efetivas que tinham por finalidade a modernização da instituição, destaca-se a Lei Orgânica de Instrução Pública de 2 de dezembro de 1867 que previa uma organização satisfatória da educação para que abrangesse a todos os mexicanos e em especial, a educação superior, aos ingressantes da vida universitária.

A Universidade Nacional do México, como se encontra hoje, foi reorganizada e é constituída pelas tradicionais faculdades de Medicina, de Engenharia e de Direito. Sua função, enquanto instituição é a docência em nível superior e a extensão da cultura. Marsike (2006) informa que a Universidade, desde sua fundação no contexto colonial teve um caráter elitista, pois só ingressavam os filhos dos colonos espanhóis, em um país em que mais de 80% da população é analfabeta. Os estudantes e professores universitários desenvolvidos em classes sociais diferenciadas desconheciam a situação real do país.

Muitas revoluções sociais aconteceram em terras mexicanas. No entanto, a história demonstra que havia um grande hiato entre o que de fato acontecia na sociedade e a Universidade enquanto formadora da consciência coletiva de um povo e produtora de conhecimento.

Figura 1 – Aspecto da Universidade Nacional do México.
Fonte: exame.abril.com

A imagen anterior retratada é sede administrativa da universidade do México. Atenta-se a sua arquitetura grandiosa que busca nas figuras peculiares da cultura indígena local mostrar-se inovadora e capaz de agregar as diferenças, porém, como já enfatizado anteriormente ainda carrega aspectos elitistas, o que contribui ara o hiato entre a classe formadora (universidade) e população como um todo.

2.4 O nascimento da universidade de Córdoba na Argentina (1621)

A Universidade de Córdoba data de 1621 e é considerada uma das universidades mais antigas no continente americano. Assim, observar a história da Universidade de Córdoba é voltar o olhar para uma das instituições que representou a formação da consciência social do povo argentino e contribuiu para a constituição do próprio país. Neto (2011) informa que a universidade tem de ser vista por um viés apurado, buscar compreender as estreitas relações entre a formação de uma elite intelectual e seus processos políticos.

Domingo Faustino Sarmiento, escritor romancista, registrou que Córdoba era uma cidade tipicamente medieval, assim:

> A Universidade de Córdoba preservava ainda no início do século XX algumas das características do período colonial. A ligação com os jesuítas e a resistência a mudanças de procedimentos durante o período das lutas pela independência fez com que o conservadorismo fosse uma das marcas principais da Universidade e da cidade (NETO, 2011, p. 63).

A instituição de Córdoba pertencia, no século XVII, ao Vice-Reino do Peru. A cidade tinha sua própria diocese dirigida pelos padres jesuítas. A cidade foi fundada pela ordem religiosa criada por Inácio de Loyola e nela havia conselheiros vitalícios.

As características já mencionadas, relativas à educação, como instrumento de manutenção da cultura espanhola coloca a universidade americana como a imagem do modelo europeu tornando-a uma instituição peculiar mesmo situada em uma área pouco desenvolvida em meados da colonização do território:

> [...] Córdoba no século XVII, sendo como foi, uma universidade aos moldes europeus, fundada por religiosos, no interior de um continente não totalmente desbravado e vitimado pelas lutas e disputas coloniais, longe dos centros desenvolvidos à época (LEITE, 2018, p. 7).

Em relação à organização da instituição, ainda no início do século XX, a Universidade possuía cátedras vitalícias e quase hereditárias. Isso gerava profundos problemas, pois havia pouca mobilidade dos docentes no que diz respeito a produções científicas e demonstrava fortemente que o que ainda estava em destaque era apenas a educação para a formação de profissionais, uma característica histórica das universidades que tiveram tutela espanhola.

Outro aspecto que se destacava era o fato de ainda existir poucas alterações curriculares ao longo do tempo:

> Em 1918 se desenvolvia um ensino canônico, de acordo com os dogmas da igreja. Dentre as raridades desse ensino estavam os textos e currículos nunca renovados. O programa de Filosofia, por exemplo, trazia um item sobre “deveres para com os servos”; na Faculdade de Medicina o ensino era oral, não havia prática nem visitas a enfermos; no Direito, o ensino era verbalista, retórico. Predominava o sectarismo religioso no Direito, na Medicina e na Filosofia. A universidade privilegiava a Teologia e mesmo o juramento profissional era prestado sobre os Santos Evangelhos. Os currículos não incluíam, pelo menos até 1916, como aponta Sarmiento, o ensino de matemática, física, línguas, direito público e música (TÜNNERMAN 1998, p.20).

Tünnerman (1998) chama a atenção para a preservação de aspectos curriculares ligados ao momento da colonização espanhola mesmo já tendo avançado em relação ao tempo histórico. Assim, percebe-se que houve o enraizamento do modelo espanhol, sobretudo a educação voltada para a

religiosidade e dessa forma, uma dificuldade considerada adequar a universidade aos novos tempos por meio de contato com novas áreas e inovações.

É importante mencionar que uma pequena parcela universitária demonstrava insatisfação a essa realidade e assim por meio do Manifesto Liminar (1918), da Universidade de Córdoba, traz a tona a situação do ensino que enaltece o dogmatismo dos docentes nessa Universidade.

> Os conteúdos curriculares eram ditados pelos professores. As escolas profissionais existentes formavam para poucas e elitistas carreiras – direito, medicina, teologia, e, mais tarde, engenharia. Elitistas porque havia restrição de vagas. Estas, eram destinadas às elites locais, aos filhos das famílias das camadas superiores da sociedade crioula e terrateniente (LEITE, 2018, p 8).

Acontecimentos sociais eclodiam e tornaram-se essenciais para impulsionarem os estudantes a buscarem mudanças. Entre os acontecimentos destaca-se a circulação das ideias liberais e positivistas, a industrialização argentina em formação, a entrada de novos trabalhadores na cidade, e saída de trabalhadores das áreas do campo em busca de melhores condições de vida na área urbana.

> A reforma em si, teve uma preparação político-pedagógica dos estudantes. Não se fez ao acaso ou por acaso. Congressos estudantis foram incentivadores da discussão em torno de estatutos e métodos de ensino, do governo estudantil, da liberdade de cátedra, do ensino livre e da universidade laica e gratuita (LEITE, 2018, p. 9).

As mudanças como, por exemplo, liberdade de cátedra e uma universidade laica e gratuita foram pensadas e estruturadas e estavam em pauta, por isso tiveram tanta relevância e serviram como referência para outras universidades latino-americanas, como por exemplo, universidades no México, Chile e Peru, no sentido de busca por melhorias por parte do movimento estudantil.

2.5 A criação do espaço universitário no Brasil

A universidade, como instituição, em nosso país não nasceu da vontade em constituir um espaço de investigação de conhecimento e produção científica, mas como um bem cultural ofertada a uma minoria. Também não advém como instrumento de preservação do ideário de um povo.

Como apresenta Fávero (2006), Portugal tinha uma grande resistência em criar uma universidade brasileira e uma das razões estava ligada à sua própria política de colonização. Outro motivo estaria relacionado à formação da elite no Brasil, que realizava seus estudos em cursos superiores na Universidade de Coimbra ou em outras Universidades europeias.

Tentativas de criação do espaço universitário em terras brasileiras foram acontecendo. NO século XVIII houve uma tentativa frustrada na criação de uma universidade em Vila Rica (MG). É importante lembrar que o contexto dessa tentativa de criação de uma universidade em terras mineiras abrangia a inconfidência mineira, movimento liderado por Joaquim José da Silva Xavier e significava a luta do povo brasileiro pela liberdade, contra a opressão do governo português no período colonial. No entanto, a corte portuguesa despendia grande força de controle por entender que a fundação de uma universidade seria a germinação de ideias de independência cultual e política.

Com a transferência da sede da metrópole para a colônia, em 1808, possibilita o Brasil a alcançar o status de Reino Unido de Portugal e Algarves. Essa mudança é tida como um passo considerável para a permissão do funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante. Agora, fazia-se necessário a formação de novos profissionais que atendessem a realidade da colônia (então sede da família real), como por exemplo, a formação de pessoas ligadas a área militar e também a área médica. Tais colocações, podemos encontrar nos estudos de Cunha (2007), Azevedo (1976).

No decurso da ocasião, mudanças significativas aconteciam no cenário brasileiro. A vinda da família Real Portuguesa trouxe avanço em diversos campos, principalmente, no ambiente cultural da colônia. A partir de 1808, é criado o Curso Médico de Cirurgia na Bahia. No mesmo ano, no Rio de Janeiro foi instituído o Hospital Militar e a ele vinculada a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Ambas seriam as matrizes das atuais Faculdades das Universidades Federais da Bahia e Rio de Janeiro. Encontramos os dados citados em Cintra (2014).

Em 1811, é fundado a Academia Militar (o núcleo inicial da atual Escola de Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro). Avançando, cronologicamente, em 1822 o *status* do país muda de Colônia a Império, porém no campo educacional não há mudanças significativas, vigorava ainda o desinteresse pela educação do povo nos segmentos primário e secundário e evidencia ara a educação da elite.

Em 1828, no Convento de São Francisco, em São Paulo é criado o curso jurídico. Esse curso também foi instituído, no mesmo ano, no Convento de São Bento na cidade de Olinda.

> Desse modo, o ensino do Direito teve um caráter particularmente importante na tradição brasileira. As escolas de Direito foram as primeiras a ser organizadas no Império para fornecer ao Estado nascente quadros que de fato viessem a consolidar a obra de construção nacional. Os cursos jurídicos nasceram com a preocupação de constituir-se uma “elite política coesa, disciplinada, devota às razões de Estado, que se pusesse à frente dos negócios públicos e pudesse, pouco a pouco, substituir a tradicional burocracia herdada na administração joanina” (ADORNO, 1988, p. 235).

As reflexões de Adorno (1988) são pertinentes no sentido de compreender que a criação dos cursos de direito são essenciais na contribuição ao desenvolvimento social do país, pois nascem da preocupação em constituir-se uma elite política coesa, disciplina e devota ao Estado, que certamente será representado na figura dos juristas. A manutenção da unidade e construção de um governo civil estável eram missões que permeavam o curso de direito no Brasil.

Os debates sobre a criação de uma universidade no Brasil estenderam-se ao longo do tempo, despertando cada vez mais sua necessidade e importância. Para ilustrar, destaca-se na constituinte de 1823 o debate a cerca da criação de duas ou três universidades para representar pontos diferentes do Brasil. No entanto, o debate não progrediu devido às contraposições dos deputados que buscavam enaltecer suas origens e assim levarem a universidade para seu estado.

> No Império, outras tentativas de criação de universidades se fizeram sem êxito; uma delas foi apresentada pelo próprio Imperador, em sua última Fala do Trono (1889), propondo a criação de duas universidades, uma no Norte e outra no Sul do país, que poderiam constituir-se centros de alta organização científica e literária (FÁVERO, 2006, p. 21).

Apesar dos debates e das ideias inovadoras, pouco ou diga-se nada houve de avanço na questão da criação da universidade. No caso colocado por Fávero (2006) a falta de alinhamento de ideias entre os positivistas que entendiam que a universidade teria características fortes relacionadas a escolásticas e a religiosidade e o governo que buscava o pioneirismo da criação da universidade, cujo nome seria

Universidade D. Pedro II e sede no Rio de Janeiro, não possibilitou o andamento e finalização do projeto universitário.

Com a Proclamação da República e, consequentemente, com a Constituição de 1891, o Ensino Superior no Brasil é colocado como parte do Poder Central, porém não exclusivamente. De 1889 até 1930 o Ensino Superior brasileiro sofreu inúmeras mudanças em decorrência das alterações legais e possibilitou a criação das instituições em Manaus e São Paulo como instituições a margem do Poder Central:

> Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, de 1890-1891. Tal orientação é ainda mais acentuada com a Reforma Rivadávia Corrêa, em 1911, que instituí também o ensino livre. Embora o surgimento da universidade, apoiado em ato do Governo Federal, continuasse sendo postergado, o regime de "desoficialização" do ensino acabou por gerar condições para o surgimento de universidades, tendendo o movimento a deslocar-se provisoriamente da órbita do Governo Federal para a dos Estados. Nesse contexto surge, em 1909, a Universidade de Manaus; em 1911 é instituída a de São Paulo e, em1912, a do Paraná como instituições livres (FÁVERO, 2006, p. 23).

A primeira Universidade oficialmente criada pelo poder Central foi instituída por Epitácio Pessoa em 1915. A Universidade do Rio de Janeiro seria o agrupamento de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas próprias características.

Assim, a criação da Universidade no Brasil difere-se das demais universidades latino americanas tanto no aspecto temporal, uma vez que a ideia de cursos superiores surge apenas com o estabelecimento da família real no Brasil e apresenta objetivos distintos das demais instituições nascidas nas colônias espanholas na América.

2.6 O primeiro projeto em terras paranaenses

A capital paranaense foi fundada em 1693 com ares de cidade pequena e pacata, pois tinha poucos moradores, casas simples e ruas estreitas. Com a descoberta de ouro no centro oeste brasileiro, Portugal aglutina Paranaguá (uma das cidades mais antigas do estado) às terras de São Paulo e funda-se assim, a

Capitania Geral de São Paulo. Priori (2012) explicita como era a realidade vivida nas terras paranaenses nesse contexto:

> Enquanto o território paranaense era Comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo (PRIORI, 2012 p.16).

Ocorreram muitas tentativas de emancipação ao longo da história, porém sem sucesso, pois a questão financeira era o que pesava. Na primeira metade do século XIX, a produção de erva mate e de madeira despontou no mercado do Rio Prata e no Chile, ultrapassando a produção econômica de gado que havia entrado em decadência. Essas atividades econômicas prosperaram e aumentava cada vez mais, entre a elite paranaense, o desejo pela separação de São Paulo. Em 2 de agosto de 1853, o projeto de emancipação da Comarca do Paraná foi aprovado e, em 29 de agosto, sob a lei número 704 sancionada por D. Pedro II, foi criada a tão almejada província do Paraná:

> Dom Pedro II, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembleia Geral legislativa decretou e nós queremos a lei seguinte: Art. 1º- A Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca; Art. 2º A nova Província terá por capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembleia não decretar o contrário; Art. 3º A Província do Paraná terá um senador e um deputado à Assembleia Geral; sua Assembleia Provincial constará 20 membros; Art. 4º O Governo fica autorizado para criar na mesma Província as estações fiscais indispensáveis gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembleia Geral para a definitiva aprovação; Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário; Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de agosto de mil oitocentos e cinquenta e três, trigésimo sendo da Independência e do Império (CAMARGO, 2004, 0. 160).

A sanção do Imperador D. Pedro II torna legal o status do Paraná que a partir da referida data tornava-se emancipado de São Paulo e passa a ser considerada

uma nova província e conforme a lei descrita acima deveria ter a organização suficiente para desenvolver-se, bem como ter representatividade na Assembleia Geral. A partir dessa organização e o espaço garantido, sua força política começará a nascer e fortalecer-se. Curitiba agora capital da província também florescerá.

Ao pensar a universidade como uma instituição e alinhar a ideia da emancipação do Paraná ficam claro que a organização administrativa e o desenvolvimento político serão importantíssimos para a criação de uma universidade em solo paranaense, considerando a jovialidade da província e a possibilidade da instituição contribuir no desenvolvimento social do Paraná. Os acontecimentos históricos, na área política, em nosso país estavam entrelaçados aos acontecimentos na área educacional, pois o fim do período imperial marca o tempo de propagação de projetos dos grupos escolares como mencionado por Encosta (2001) que vinham trazendo ares de modernidade para o período republicano e a necessidade de constituição da identidade de um povo que até então vivia a margem de sua pátria-mãe.

A criação de uma universidade brasileira traria o revigoramento e a possibilidade de desenvolvimento social, uma vez que não seria mais necessário que filhos da pátria fossem estudar na Europa.

Um tempo de ares novos, ideias novas, novos palácios que representassem o templo do saber e em evidência a formação da identidade do povo paranaense, recém-emancipado da província de São Paulo. Era preciso pensar em realizar a formação dessa identidade, num espaço de conhecimento e formação da elite paranaense: o projeto de uma Universidade do Paraná:

> É o momento em que os idealizadores do projeto universitário reconhecem a necessidade da oferta de condições para a continuidade dos estudos dos jovens paranaenses e o esforço de formar bacharéis e profissionais liberais para atender as demandas reclamadas pela sociedade do começo do século XX mesclado ao desejo real de um projeto, de um estado de emancipação recente (1853), que tivesse proporção nacional. Essas são algumas das linhas de argumentação que se complementam na tessitura das condições que levaram a realização dessa empreitada educacional na capital paranaense (CINTRA, 2014, p.34).

Para a efetivação de um espaço universitário no Paraná que representasse o povo paranaense e contribuísse na formação da sua identidade faz-se necessário observar a Lei Rivadávia. Cintra (2014) esclarece a respeito dessa Lei Orgânica:

> A Lei Rivadávia, nome que homenageia o seu relator (Rivadávia Correia), propunha a autonomia didática e administrativa das instituições de ensino superior e fundamental (artigo 2º), regulando, segundo os títulos apresentados e num total de 140 artigos: o papel dos diretores (eleitos), a constituição do corpo docente, a livre-docência, as congregações, o regime escolar, os materiais dos cursos e dos exames, a polícia acadêmica, o pessoal administrativo, licenças e faltas, os certificados conferidos pelos institutos, a instrução militar e as transições transitórias. Essa lei foi a primeira sinalização e a possibilidade real de abertura de instituições educacionais no país com autonomia didática e administrativa ante o Estado, o que causou certa preocupação quanto ao que se entendia como desoficialização do ensino, com a abertura de escolas particulares , mas por outro lado, colaborou para a expansão das escolas de ensino superior, como o caso da nascente UP, e para a ampliação dos cursos ofertados, até então restritos ao eixo área da saúde, direito e engenharias. A leia só foi possível diante do quadro de significativas mudanças em níveis administrativo e político-nacional, com a afirmação da república e dos ideais positivistas e cientificistas que inspiraram as transformações levadas a cabo no plano regulador educacional em tela. Apesar de esse ponto positivo da referida legislação significar, como o foi de fato, a possiblidade de ampliação da difusão do ensino em todo o país, algo comemorado também pelo nível superior, outro lado, menos glamoroso da lei, originou intenso debate sobre os possíveis riscos que tal abertura suscitaria com a proliferação de instituições atuando com sentidos pouco escrupulosos. Em São Paulo, Luiz Antonio Teixeira observou a presença da intitulada “Universidade Escolar Internacional” na imprensa paulista, a qual estava ao lado de outras academias, nem todas desatentas ao cumprimento do que realmente propunha. Do Rio de Janeiro também chegavam notícias que surgiram a “venda” de diplomas, inclusive de médico por 60mil-réis (CINTRA, 2014, p. 61).

Ao abordar, anteriormente, o impasse na criação de uma universidade brasileira devido a diversas razões que ia desde o regionalismo dos parlamentares até as questões pedagógicas a lei Rivadávia vem tornar-se uma possibilidade legal de autonomia didática e administrativa considerando a instituição universitária como um espaço de criação para futuras contribuições sociais. No entanto, é necessário atentar-se ao entendimento do termo desoficialização, que de forma alguma propunha a falta de oficialidade ou compromisso, ou mesmo omissão do estado com a instituição universitária, abrindo precedentes a ações comerciais.

No espaço citadino da capital paranaense havia o debate sobre o tema do ensino superior no Paraná: havia os que criticavam as instituições de fachada e os que advertiam para que o projeto da Universidade do Paraná não se tornasse uma “fábrica de rótulos acadêmicos” (Cintra, 2014, p.65). Assim, “ensinar, difundir a

ciência e não simplesmente diplomar" era um lema que demonstrava o comprometimento. E também permite entender que era questão de honra para os paranaenses fazer viável tal dito, assim como tornar concreto o projeto da Universidade do Paraná.

A expectativa na criação e inauguração da Universidade do Paraná (UP), bem como a sua relevância é bem colocada e ilustrada por Cintra (2014, p. 75):

> Em linhas gerais, a UP resulta da reunião de vários interesses de grupos de intelectuais formados por profissionais atuantes em diversas áreas da seara social que pensavam a ampliação do ensino profissional e a necessária criação do ensino superior no estado. E sua inauguração ocorre, de certa forma, em hora apropriada para a sua efetivação. Na data do aniversário político do estado, a inauguração de uma instituição universitária, com aporte legal (1911), atrairia os olhares de todos para a capital paranaense... Em dezembro de 1912, o jornal paranaense Commercio do Paraná realizou um amplo anúncio da fundação da UP. O primeiro estabelecimento de ensino superior do Paraná.

A classe médica da capital paranaense que representava também os intelectuais paranaenses, representados pelas lideranças dos Drs. Victor Ferreira do Amaral e Silva e Nilo Cairo da Silva tem grande atuação na empreitada da concretização da Universidade do Paraná. No entanto, dissabores tornariam penosas a continuação da trajetória da UP (Universidade do Paraná).

> Aspectos como outros cursos se somando aos incialmente apresentados na universidade, além de alterações curriculares em virtude das legislações do período, mais os justos quadros do corpo docente logo colaborariam para trazer dificuldades ao encaminhamento da casa e, em pouco tempo, a trajetória da primeira universidade paranaense se veria tumultuada - consequências do ato "quase impulsivo" [de que tratavam os fundadores]. Os fatores de ordem econômico-financeira como o decorrente da construção do edifício acadêmico na Praça Santos Andrade, o denominado "Palácio da Luz" incluindo-se aí a instalação da Maternidade do Paraná, bem como a própria manutenção dos professores e dos funcionários- inclusive dos materiais necessários para os vários laboratórios dos quais os fundadores se esmeravam na organização - são todos elementos que podem ter se somados a essa questão. Além de uma série de eventos que levou à dissolução da universidade, tiveram peso especial aqueles de ordem legal, como a Reforma Maximiliano, de 1915 (reorganização do ensino superior) e a de 1920 (a exigência da separação completa das faculdades, com administração e patrimônio independentes.) (CINTRA, 2014, p. 78).

Entre o sonho e a realidade na criação da UP questões importantes estavam na ordem dia como as questões de ordem econômica e financeira para viabilizar o projeto. Porém, o que chama a atenção era a nova reorganização do ensino superior deveria ter com a reforma Maximiliano;

> A Reforma “Carlos Maximiliano”, por meio do Decreto nº 11.530, dispõe a respeito da instituição de uma universidade, determinando em seu art. 6º: O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar. (FÁVERO, 1976).

O governo torna-se menos flexível na questão da criação da universidade, trazendo para si a sua oficialização.

> Em decorrência, a 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas àquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. (FÁVERO, 1976, p.56).

E com a Reforma de Epitácio Pessoa oficializa a criação da primeira universidade brasileira no Rio de Janeiro, por meio da reunião de três faculdades desarticuladas administrativamente entre si.

É importante refletir que o projeto da UP esbarrou em questões determinantes e demonstrou a força política que o Rio de Janeiro tinha, considerando ser a capital do país.

Finalmente, a UP, em 1920, se dissolve em três faculdades: Medicina, Direito e Engenharia, para o reconhecimento de suas escolas. Porém, o ideal de unificá-las e a preocupação na continuação da boa formação dos filhos dessa terra nunca foram abandonados, pois era preciso emancipar os paranaenses definitivamente das escolas superiores dos outros estados e tornar-se assim referência no cenário nacional. Dessa forma, possibilitar que a universidade enquanto instituição contribuísse socialmente para o desenvolvimento do Paraná.

Ao longo do capítulo, realizamos um esforço para entender por meio da trajetória histórica, a criação da universidade na América Latina e assim notar que suas origens foram determinantes para a importância que tomaram socialmente. Outro fato notório é ver que a instituição universitária promoveu contribuições sociais

a cada contexto histórico apresentado, como por exemplo, na América espanhola foi um instrumento de conservação da cultura espanhola na América.

3. O PROJETO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Nessa seção abordaremos primeiramente a relação entre a Reforma Sucupira (1968) e a criação e organização da universidade em território brasileiro. Em seguida, por meio da trajetória histórica, retomaremos aspectos relevantes para a criação de uma universidade no Norte do Estado do Paraná, em específico a trajetória histórica para o nascimento da Universidade de Maringá. O projeto da universidade pública no estado do Paraná foi feito a partir do esforço feito no sentido de considerar a relevância da universidade na construção e preservação da memória social da cidade de Maringá, bem como o destaque que ocupa nos dias atuais.

O caminho a percorrer no primeiro momento é apresentar o que foi a reforma Sucupira, entender a sua relevância no cenário universitário brasileiro. Logo em seguida, será contextualizada a chegada da universidade ao norte paranaense. Um aspecto peculiar será a investigação do processo de estadualização da universidade pública no estado, pois é a partir desse entendimento que se cria a possibilidade de refletir sobre a importância na formação da identidade do povo paranaense e compreender sua função educativa e social.

Torna-se imprescindível esclarecer que o recorte histórico está entre a década de 1940 até a primeira década do século XXI. Esse momento histórico abrange desde a criação das universidades em solo paranaense até a criação da última universidade pública no Paraná.

Ao longo da seção apresentaremos a Universidade Estadual de Londrina e analisaremos com mais atenção aspectos relevantes da Universidade Estadual de Maringá. Essa escolha justifica-se, pois as duas instituições são as de maior destaque no cenário estadual, em específico no norte pioneiro e por serem as primeiras universidades públicas do Paraná responsabilidade do Estado.

Em um segundo momento, tomaremos alguns aspectos do regimento da Universidade de Maringá (UEM) para compreender o desenvolvimento e organização da universidade como instituição. O objetivo é ressaltar a importância da UEM como instituição pública reconhecida e legitimada pelas autoridades sociais.

Mostraremos a Universidade Estadual de Maringá, seu contexto histórico e suas relevâncias atuais que contribuem para a preservação da memória social da cidade canção. Nesse último momento, será apresentado um quadro sobre o número de profissionais formados pela UEM no programa de Pós Graduação em Educação da Universidade. O objetivo é refletir sobre a relevância da instituição em relação à contribuição e compromisso social e entender assim, se de fato acontece a preservação da memória social.

O trabalho apresentará dados quantitativos que fomentam a compreensão da importância da UEM por meio da sua trajetória histórica e permite entender sua importância social enquanto instituição.

Os autores escolhidos para a nossa reflexão serão: Fávero (1977), Ribeiro (1996), Lira (2012), Oliveira (2017), Pereira de Deus (2009), Dias Sobrinho (2013), Campos (2017), SHEEN (2000).

3.1 Reforma Sucupira e a universidade no Brasil

Retornemos a algumas considerações importantes sobre a criação da universidade no Brasil apenas para elucidar e amparar o caminho a traçar em relação à trajetória da universidade.

Ao longo da historiografia brasileira, em específico a história da educação, posições diferentes foram apresentadas sobre a criação da universidade no Brasil. Como já mencionado na seção anterior, muitos apresentam a universidade do Rio de Janeiro como a pioneira, outros credenciam a universidade da Bahia, bem como alguns estudiosos ratificam a universidade de São Paulo como o modelo ideal e por fim pesquisadores acreditam que a Universidade do Paraná apresenta-se como a primeira. Anteriormente, foi evidenciada algumas considerações e relevância acerca da universidade do Paraná. É nítido que em todas essas universidades foram levadas em consideração a estrutura já presente das faculdades. Essas observações permitem entender que havia um esforço no território brasileiro em constituir a universidade no Brasil.

Já no final da década de 1960 foi instituída a Reforma de Newton Sucupira, especificamente em 1968. Essa reforma além de ser importante na organização das universidades naquele tempo histórico ainda hoje norteia a organização universitária, tal seu valor. Alguns autores como Fávero (1977) e Ribeiro (1996)

colocam que a Reforma de 1968 reforça uma educação humanista e elitista. Porém, abre perspectivas essenciais para o ensino superior. Porém, não se tratou de um projeto inédito. A questão da reforma já era debatida antes mesmo do Golpe de Estado e se vinculou as necessidades de modernização das universidades e de expansão do capitalismo no Brasil.

A Reforma Sucupira mostra um elemento fundamental na organização administrativa e didática das instituições, pois se refere ao fim da cátedra e a introdução à dedicação exclusiva e tempo integral na carreira de docência universitária. Nasce, dessa forma, a oportunidade do docente ingressar na pesquisa e com isso aumentar as condições de produção em relação a aposentar o sistema de cátedra, os professores não ingressariam mais por meio de indicações e sim por processo seletivo- o concurso público.

> Art. 1 O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.
> Art. 2 O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.
> Art. 3 As universidades gozarão de autonomia didático-cientifica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos. (BRASIL, 1968, cap. 1, art. 1-3).

Ao ler os artigos elencados acima, paradoxalmente recordemos que o contexto histórico da criação da Reforma Universitária de 1968 era a ditadura militar, anos de muitas incertezas no campo da liberdade e censura e, por meio da lei, abre-se o campo da pesquisa e autonomia das universidades.

Se olharmos para os dias atuais, compreenderemos que a organização universitária está ancorada nos dizeres da Reforma Sucupira, atentemos ao artigo 11:

> **Art. 11.** As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:
> A).Unidade de patrimônio e administração;
> b).estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;
> c). Unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
> d). Racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
> e). universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão

> de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais;
> f). flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa [...]. (BRASIL, 1968, art. 11).

Se pensarmos a trajetória da universidade desde a medievalidade até os dias atuais, a Reforma Sucupira deixa explícito que a instituição tem por objetivo a universalização do conhecimento. Nesse mesmo artigo é colocada na ordem do dia, a estruturação dos departamentos como também a sistematização de programas de ensino.

Oliveira (2017), em sua leitura a respeito da Reforma Sucupira faz a seguinte ponderação:

> O documento determina uma série de medidas reguladoras que são conservadas nas universidades do século XXI, a exemplo da definição do departamento como sendo a menor a unidade administrativa, o estabelecimento de colegiado de cursos definindo, inclusive, a participação de outras pessoas neste órgão, para que os docentes não tivessem hegemonia nas deliberações do curso, mantendo, desse modo, uma gestão participativa e democrática da comunidade da IES no Colegiado. “Estes aspectos da composição da instituição nos mostra, de fato, que cada uma das IES do Brasil possui ainda as mesmas estruturas propostas pela reforma de 1968.” (OLIVEIRA, 2017 p. 143).

A partir das observações acima se pode afirmar que passados mais de cinquenta anos da reforma, não tivemos nenhuma mudança nessa organização. Apesar de nascer com o objetivo de possibilitar os docentes a realizar pesquisas, ao longo do tempo, a universidade voltou-se para campo de formação de mão de obra para o trabalho conforme estudos de Pereira de Deus (2009).

Dias Sobrinho (2013, p.110) ponderadamente em seus estudos sobre a universidade destaca:

> Educação como bem público é essencial para a formação de cidadãos conscientes e, correlativa e inseparavelmente, de profissionais qualificados. Formação cidadã e capacitação profissional são aspectos coessenciais, mutuamente referenciados e solidariamente constitutivos do sujeito social. Cidadãos profissionais ética e tecnicamente responsáveis e qualificados são os principais. atores do fortalecimento econômico e, inseparavelmente, do desenvolvimento da nação. Nessa concepção, a economia é uma dimensão essencial da vida humana, mas não é a razão de ser da

> sociedade. Ao contrário, é a sociedade, guiada pelo valor moral do bem comum, que a deve determinar. Discutir a educação como bem público e, então, como direito social, faz parte do conhecimento e da grande responsabilidade que as Instituições de Educação Superior (IES) têm relativamente à formação ética, cientifica e técnica dos indivíduos no marco da construção da sociedade. Os fins da educação com sentido público estão referidos à formação de indivíduos sociais, cuja construção pessoal integral se insere no plano mais amplo da construção da sociedade e, em termos universais, da dignificação da humanidade.

Entende-se, assim, que a universidade deve ser pensada e vista como parte integrante de uma sociedade e responsável pela construção do bem comum de um determinado país, ou de uma determinada região.

A reforma Sucupira também incentivou maior participação da iniciativa privada na oferta de cursos superiores e mesmo a criação de universidades privadas.
Segundo Hobsbawm (2005) e Oliveira (2000) foi nesse contexto universitário que surgiu também a configuração do sistema universitário federal, aprofundando a dependência da instituição em relação ao Estado sob a ascendência do poder executivo.

É importante mencionar que a partir da década de 1960, especificamente após da reforma Sucupira, houve a federalização de 16 instituições de ensino superior. São elas: Universidade Federal do Piauí (1968); Universidade Federal de São Carlos (1968);Universidade Federal de Viçosa (1969); Universidade Federal de Ouro (1969); Universidade Federal do Rio Grande (1969); Universidade Federal de Pelotas (1969); Universidade Federal de Uberlândia (1969); Universidade Federal do Mato Grosso (1970); Universidade Federal do Acre (1974); Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (1979); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1979); Universidade Federal de Rondônia (1982); Universidade Federal de Roraima (1985); Universidade Federal do Amapá (1986); Universidade Federal de Lavras (1994) e Universidade Federal de São Paulo (1994) Fato de interesse investigativo a relação da reforma universitária e a federalização de instituições de ensino superior. Os dados obtidos foram do Ministério da educação, 2006.

Muitas das universidades federais que foram criadas surgem a partir de uma estrutura de faculdade que já existia anteriormente (IES), tanto na parte administrativa quanto pedagógica, porém a federalização pressupõe um olhar diferenciado na parte administrativa pelo poder público, fazendo que cada estado da federação tenha pelo menos uma universidade Federal consolidada.

Cabe destacar que a maioria das universidades federais tem em sua constituição o regime de fundações públicas, o que as distancia dos objetivos que priorizem o lucro ou algo que esteja fora do interesse do ensino, pesquisa e extensão.

Para compreender melhor a observação anterior, é necessário esclarecer o conceito de fundação pública. Esse conceito tem sua origem no direito público e também usado no campo administrativo. O termo surge anterior a Constituição de 1988 para explicar a fundação instituída e mantida pelo Estado como instrumento de prestação de serviços públicos sem interesse econômico.

Assim, como já mencionado anteriormente a Reforma Sucupira possibilita também a criação de universidades privadas por meio dos dispositivos legais. Temos atualmente uma realidade diferenciada, pois há um número crescente de universidades privadas no território brasileiro.

Os dados da tabela a seguir são do censo da Educação Superior realizada em 2018 e disponível no site do INEP.

Realizou-se um recorte da estatística divulgada com a finalidade de compreender o quadro da universidade no Brasil. Vejamos:

Tabela 7- cenário da universidade no Brasil

Região da federação			
	UNIVERSIDADES		
	TOTAL	CAPITAL	INTERIOR
BRASIL	199	87	112
PÚBLICAS	107	49	58
FEDERAL	63	31	32
ESTADUAL	40	18	22
MUNICIPAL	4	-	4
PRIVADA	92	38	54
NORTE	17	15	2
PÚBLICA	15	13	2
FEDERAL	10	18	2
ESTADUAL	5	5	-
MUNICIPAL	-	-	-
PRIVADA	2	-	2
NORDESTE	40	22	18
PÚBLICA	33	15	18
FEDERAL	18	9	9
ESTADUAL	15	6	9
MUNICPAL	-	-	-
PRIVADA	7	7	-
SUDESTE	79	30	49

PÚBLICA	29	10	19
FEDERAL	19	5	14
ESTADUAL	8	5	3
MUNICPAL	2	-	2
PRIVADA	50	20	30
SUL	49	11	38
PÚBLICA	21	7	14
FEDERAL	11	5	6
ESTADUAL	9	2	7
MUNICIPAL	1	-	1
PRIVADA	28	4	24

Fonte: INEP- Sinopse do Ensino Superior, 218 (Brasil, 2018)

Conforme os dados apresentados, percebemos um número considerado de universidades no território brasileiro distribuído em públicas e privadas. Em relação às universidades públicas nota-se subdividida em federais, estaduais e municipais. Os números também mostram as universidades presentes entre a capital e o interior das regiões.

A região que demanda um grande número de universidades é a região sudeste com 79 instituições sendo que sua grande maioria encontra-se no interior da região. Chama-nos a atenção que o número de instituições privadas ultrapassou as instituições públicas, sendo que apresenta uma grande expansão das universidades privadas no interior.

A segunda região que apresenta um número maior de universidades é a região sul. Sendo que apresenta 28 universidades privadas contra 21 públicas. Esse dado chama atenção para o crescente número de criação e expansão das universidades privadas no Brasil, assim como nos permite estar atentos com a responsabilidade dessas instituições na formação profissional, na contribuição social e preservação do conhecimento.

As regiões norte e nordeste apresentam um número de universidades públicas superior às instituições privadas. Sendo que em ambas as capitais tem um número maior de instituições em relação ao interior. O pequeno número de universidades apresentada na região norte em relação às demais é algo importuno de mencionar, considerando características regionais e sociais dessa região.

Dessa forma, a tabela colaborou para entendermos um pouco melhor a realidade atual da universidade no Brasil e no aspecto quantitativo observar atentamente qual a região do país tem mais universidades e assim que as mesmas

possam realizar seu papel de contribuição social. A seguir trataremos da universidade no Paraná.

3.2 A chegada da universidade ao norte pioneiro

Retomemos ao nosso recorte histórico década de 1960. Assim, voltaremos olhar para a universidade do Paraná (UP) quando passou a ser responsabilidade do governo federal.

Campos (2017) elucida esse momento e os acontecimentos vindouros:

> Ao mesmo tempo em que a UP passava pela federalização, isto é, pela transferência da direção de iniciativa particular ao controle administrativo e financeiro do governo federal, o Estado do Paraná direcionava forças para criar faculdades estaduais nas mais variadas regiões. Essa ação ganhou visibilidade quando, em 1970, foram criadas três universidades estaduais no Paraná (Ponta Grossa - UEPG, Maringá - UEM e Londrina - UEL). Ganhou continuidade, quase vinte anos depois, ao serem criadas a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (1987/1988) e Universidade do Centro-Oeste - UNICENTRO (1990). Já no século XXI foram fundadas as duas últimas: Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2006) e Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR (2013). (CAMPOS, 2017, p.69)

A federalização da UP, não era a garantia da gratuidade de ensino. Para elucidar melhor, compreende-se o ato de federalizar como o ato de passar ao governo federal a responsabilidade administrativa e financeira da instituição, pois a gratuidade era restrita àqueles que comprovassem não ter nenhuma forma de condições de pagamento de mensalidades, uma vez que, eram raros os casos de pessoas advindas de classes sociais baixas ingressarem no ensino superior. Para entender um pouco melhor a respeito dessa questão Cunha (1989) ilustra a questão da gratuidade no ensino superior:

> “O ensino superior no Brasil foi sempre pago pelos estudantes desde o início do século XIX”. No entanto, houve “[...] progressivo barateamento das taxas cobradas pelas escolas públicas, chegando, no início dos anos 50, à gratuidade total “(CUNHA,1989, p. 89).

Conforme as observações de Cunha houve progressividade em relação à questão da mensalidade dos cursos ofertados, até chegar à gratuidade.

O crescente movimento de ampliação de universidades em nosso país gerou a necessidade de aumento de mão de obra de caráter técnico nessas instituições.

O Paraná, imerso nas transformações nacionais, também apresenta a criação de universidades, no entanto, sob responsabilidade administrativa e fiscal do estado.

A partir de nossas investigações é possível notar que a criação dessas instituições vem ao encontro da necessidade de formar a identidade do paranaense, uma vez que se entende a universidade como o espaço in lócus da formação da mentalidade social.

Campos (2017) estabelece ligação do aumento do número de universidades com caráter estadual no Paraná a uma estratégia de formação cultural e unidade das diversas regiões do estado.

Ressalta-se que no cenário brasileiro a tendência a privatizações do Ensino Superior estava na ordem do dia. Porém, a criação das três primeiras universidades estaduais em solo paranaense (UEPG, UEL e UEM) se apresenta contrária a essa tendência nacional. A criação das três universidades é posterior à criação da UP, já mencionada anteriormente.

É importante esclarecer que a criação das três universidades acontece por meio do mesmo instrumento legal (projeto de lei 145/69 que em 6 de novembro de 1969, é sancionada como lei número 6034/69 “cria a Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba”).

> **Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, e a Federação de Escolas Superiores de Curitiba, como resultantes da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado nas referidas cidades.
> **§ 1º.** Os estabelecimentos de ensino de que trata êste artigo serão organizados como fundação de direito público, e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual e desta Lei.
> **§ 2º.** A denominação oficial de cada entidade será a do estabelecimento de ensino, antecedido da designação Fundação.
> **§ 3º.** Concomitantemente com o ato de criação, o Poder Executivo decretará a extinção da personalidade individual ou autônoma, de sua entidade mantenedora e se fôr o caso, de cada estabelecimento de ensino incorporado ou congregado” (PARANÁ,1969)

Cabe ressaltar que o artigo primeiro, da lei número 6034/69, sofrerá posteriormente modificação em sua redação agregando à escrita final as escolas superiores de Apucarana.

Segundo a lei número 6034/69, as universidades criadas seguirão as prescrições das leis federais (constituição), estadual e dos dizeres da própria lei.

Com relação à formação do povo paranaense, recorda-se que o Paraná foi um Estado que teve seu crescimento alavancado graças ao trabalho árduo dos imigrantes de diversas nações, como árabes, italianos, poloneses, ucranianos, entre outros e migrantes de diversas regiões do país, sobretudo dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

A ocupação geográfica ao longo dos ciclos econômicos fez o estado prosperar e crescer e assim obter importância no cenário nacional. No entanto, a ocupação populacional não foi homogênea, tão pouco a criação de suas universidades.

Para ilustrar essa tentativa de unidade entre o SER paranaense, Campos (2017) relembra o discurso de Flávio Suplicy de Lacerda, ex-ministro da Educação no governo de Castelo Branco e ex-reitor da UFPR, na sessão solene da Assembleia Universitária em dezembro de 1949: almejava-se que a Universidade fosse o caminho para a “cristalização de uma consciência paranaense”, e também fosse a trilha para divulgar o melhor sobre o Paraná. Esse discurso empolgante e pomposo estava carregado pela emoção e contagiava a todos os ouvintes.

É importante esclarecer que para compreender o contexto de criação das universidades paranaenses é importante recorrer aos jornais da época, como por exemplo: a Folha de Londrina que narra os fatos com veracidade.

Com relação à visão do governador do Estado do Paraná Moyses Lupion a universidade apresentava-se como um elemento objetivo para fortalecer os laços políticos com a elite paranaense. Enxergava na criação e estadualização das universidades públicas no estado como uma grande oportunidade de crescimento político e vinculou em seu discurso o crescimento das universidades como uma boa propaganda governamental, ou seja, a ampliação da força do governo nas diversas regiões do estado.

Segundo Sheen (2000) estava resistente à criação das universidades estaduais o Senhor Flavio Suplicy de Lacerda e o Conselho Estadual de Educação. Eles entendiam que era interessante para o estado manter a hegemonia científica cultural do Paraná centralizado na Universidade Federal (UFPR).

Para ilustrar esse impasse, na história da criação da UEPG houve o embate entre o poder Executivo e o Legislativo que demonstrava claramente não ter força política

suficiente para empoderar a sua criação antes de 1969. Para conhecimento a UEPG surge em um contexto histórico peculiar, pois está inserida no que ficou conhecido como Paraná tradicional até final do século XIX. Essas terras eram responsáveis por latifúndios de criação de gado, engenhos de beneficiar erva-mate e as serrarias de pinho. Era uma economia acanhada, com escassa urbanização e com uma elite com pouca expressividade no cenário nacional.

Se ambição por parte do governo era clara, o mesmo era percebido pelas lideranças regionais que viam a criação e estadualização das universidades como o momento propício de destaque no cenário estadual e nacional. Entendem-se como lideranças regionais as sociedades rurais, os rotarys, entre outros, enfim os representantes civis ligados à elite local.

Novamente chama-se a atenção para a estadualização da universidade pública no Paraná que não estabelece a gratuidade plena dessa modalidade de ensino, uma vez que na Lei Orgânica de 1949 na Seção VI – da educação superior – consta no artigo 153 que: “[...] o ensino superior [é] destinado exclusivamente aos que possuem nível intelectual e aptidões adequadas”. (PARANÁ, 1949).

Assim, subentende-se que aqueles que têm nível intelectual são pessoas privilegiadas e são os mesmo que apresentam “aptidões adequadas”, ou seja, poder aquisitivo para investir no ensino superior.

Ilustremos a criação e estadualização das universidades paranaenses apresentado a UEL. Ela foi criada em novembro de 1969 por meio da lei nº 6.034. Sua criação aconteceu por meio da incorporação das seguintes faculdades da cidade: a Faculdade Estadual de Direito de Londrina que foi fundada em 1956; a Faculdade Estadual de Filosofia Letras de Londrina, também fundada no mesmo ano; a Faculdade d Odontologia de Londrina, fundada em 1962, a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, fundada m 1967 e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina, fundada em 1966. Dessa forma, houve a aglutinação dessas faculdades, agora vistas como um conjunto pertencente a uma Universidade, com caráter estadual.

No entanto, somente em janeiro de 1970, por meio do decreto n. 18.110 que de fato e oficialmente a UEL passar a estar no cenário das universidades públicas.
Porém, segundo dados do jornal “Folha de Londrina” houve anteriormente a tentativa de criação de uma Universidade Federal na cidade londrinense, um dos articuladores dessa tentativa foi Paulo Pimentel.

No Governador Paulo Pimentel houve um grande avanço no pavimento de rodovias, responsável pelo escoamento das produções agrícolas do estado. Foi o governador mais jovem da história do Paraná (eleito com 37 anos de idade).

Dessa forma, a audácia de um jovem governador aliada a uma visão empreendedora torna real e necessária à criação de universidades no norte pioneiro, pois com a expansão do agronegócio no estado era necessário mão de obra capaz de quantificar e dar qualidade aos produtos de exportação vindos do campo.

Frente a esse contexto, Pimentel assume compromissos tanto políticos quanto sociais para que de fato o sonho de uma universidade pública no norte pioneiro de fato acontecesse.

Segundo Sheen (2000), Pimentel esteve em Londrina para lançar a pedra fundamental da Faculdade de Medicina que seria o inicio do campus da UEL A cidade universitária recebeu o nome do então governador do Estado: Paulo Pimentel, portanto sua ida a cidade bem como a homenagem prestada a ele deixava claro tendência política do governador e seu objetivo: deixar o norte pioneiro em destaque no Estado. Dava-se início a então Universidade do Café.

Para que a universidade fosse criada, de fato, era necessário haver Instituições de Ensino superior anteriores a criação da UEL. Esse era um ponto de vista legal. De fato, isso aconteceu, porém o que chamava a atenção era que nem todas as faculdades apresentavam autorização. No caso de Londrina, apenas três IES estavam plenamente regularizadas, as demais apresentavam processos incompletos.

É importante considerar, nesse momento, que a visão de um norte pioneiro desbravador e lutador e do café como o Eldorado dessas terras esteve presente nos discursos ideológicos daqueles que lutavam pela universidade na região. No entanto, a intensão e de fato a criação deu-se amparado fielmente em interesses políticos.

Por um lado temos uma sociedade civil pressionando a todo o momento para tal acontecimento viesse a ser real. Compreende como grupo civil a igreja, as associações profissionais, clubes de serviços- maçonaria, Rotary e lions- jornais da região, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e associações civis como um todo.

De outro lado, uma retórica política e seus emaranhados que estão nas entrelinhas dos acontecimentos históricos e aparecem com toda a força na

construção do sonho da universidade, ou seja, a criação das universidades, em específico a UEL, teve um forte caráter político, pois ela era a propaganda para o governo e a chave para a garantia na elite política do estado. Vejamos:

Primeiramente, a intensão do governo em reduzir gastos com Ensino Superior estava pautada no auto sustento da universidade. Isso aconteceria, pois as universidades estaduais foram criadas em regime de fundações, determinada na lei n. 5.540/68 em que foi dada como opção a forma jurídica de autarquia ou fundação e assim escolhida a última. Segue as justificativas para a opção pela fundação:

> Ao lidador da disciplina publicista, fácil será a percepção de que AUTARQUIA DE REGIME ESPECIAL é figura inovada e sem tradição na administração pública do País. A revés, a fundação, quer pela destinação natural, quer pela afinidade, com intuitos de igual natureza em todo o mundo, cabe exatamente na hipótese dos entes de objetivo, cultural e de ensino. Os tratadistas mais estimados em Direito Administrativo já gizaram todas as coordenadas da fundação de direito público, de modo que as dúvidas nessa área hoje já estão minimizadas...
> Deste modo, cabendo, como cabe, ao Governo do Estado, fazer a opção para suas escolas entre autarquias e fundação, afigurou-se à comissão como forma ideal, a fundação e, assim, formulou-se a sugestão. (PARANÁ, SEED. COMISSÃO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR, 1969, p.3).

Conforme as colocações acima, a escolha pelo regime de fundação está em afinidade com o objetivo cultural e de ensino que seria desenvolvido instituição. Entende-se que para aquele momento histórico era interessante que a universidade fosse criada sob o aspecto administrativo de uma fundação. Posteriormente passará ase autarquia.

Em 28 de janeiro de 1970 oficialmente é criada a Universidade de Londrina com a junção de cinco faculdades.

Iniciou suas atividades com 13 cursos de graduação; historia, geografia, pedagogia, letras anglo-portuguesas, letras franco-portuguesas, ciências, direito, odontologia, medicina, farmácia e bioquímica, ciências biomédicas, ciências econômicas e administração. Somente em 1987 é colocada a gratuidade total dos cursos ofertados na graduação e transformada em autarquia pela Lei estadual 9.663 de 16 de julho de 1991. Sobre a questão da autarquia o site oficial da UEL coloca:

> Como autarquia a UEL tem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial em política educacional, mas é dependente financeiramente do Governo

> Estadual, de onde se origina a maior parte dos recursos que asseguram sua operação e manutenção (UEL/2019.)

Frisa-se que na trajetória histórica feita desde a ideia da criação de uma universidade pública e estadual, muito foi feito no campo político para que de fato o sonho torna-se realidade.

Compreende-se assim, que a criação da UEL também teve grande importância na construção social da cidade, pois é uma instituição que preserva as características sociais da cidade londrinense.

3.3 Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Antes de reportarmo-nos a história e importância educacional da Universidade de Maringá é importante realizar um retrospecto em relação ao contexto histórico da cidade onde está localizada uma das mais antigas universidades públicas do estado do Paraná.

Maringá apelidada de diversas formas como: “Dallas brasileira”, “Nova Canaã”, “Terra onde se anda sobre o dinheiro” , ” Eldorado” e “Terra da promissão” foi uma cidade planejada, com ocupação ordenada. Seu planejamento tem características de um centro urbano modernizado e com fortes marcações das atividades de trabalho ligadas a acumulação capitalista.

Foi vista como um grande empreendimento econômico e uma grande possibilidade de expansão da atividade cafeeira do Estado de São Paulo. Suas terras pertencentes à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, foram comercializadas em pequenos lotes, foram raros os lotes vendidos para a construção de grandes propriedades. Com uma grande rapidez, tornou-se um dos grandes produtores de café da região e do Brasil. Oficialmente sua criação aconteceu em 10 de maio de 1947.

O planejamento de Maringá trouxe pontos fortes e explorados pela cidade até os dias atuais, como por exemplo, grandes áreas verdes dentro do município e ruas largas que possibilitam um melhor fluxo de veículos. No entanto, o planejamento urbano pode promover organização social distinta com bairros caracterizados como residenciais, outros comerciais e bairros mistos. Há a formação de um grupo atuante na política da cidade, bem como suas atuações por meio de rotarys, sociedade rural, lions entre outros.

Graças a esse grupo atuante, representante civil dessa sociedade com uma hierarquia clara, cresce o desejo de criar uma universidade em terras de grande promessa de progresso e crescimento e seria um ponto sempre discutido.

Assim, por parte do governo, em específico ao longo da gestão de Paulo Pimentel, condições favoráveis contribuíram para a criação oficial em 6 de novembro de 1969 da UEM. É preciso pontuar que inicialmente o projeto de uma universidade estadual nessa região foi pensado somente na cidade de Apucarana. No entanto, por Maringá apresentar ares futuristas e cheiro de progresso optou-se pela cidade canção. Ou seja, era uma cidade que apresentava um crescimento econômico e demográfico considerado. Com isso, formava-se uma elite forte e atuante no meio político.

Algumas justificativas já foram apontadas em relação à criação de universidades estaduais no Paraná quando apresentamos a criação da UEL. No entanto, quando colocamos na ordem do dia a UEM é importante particularizá-las e evidenciá-las. São elas:

- O grande desenvolvimento econômico que demanda recursos humanos qualificados;
- A Lei 5540/68 que torna possível a expansão do Ensino Superior no Brasil;
- Fortalecimento do norte do Paraná como força política e econômica;
- Articulação de grupos sociais em prol da criação da universidade estadual de Maringá.

É interessante destacar que, ao longo da década de 1960, o governador Paulo Pimentel foi articulando com as lideranças sociais e políticas tanto de Londrina quanto de Maringá para que o sonho de uma universidade no norte do Paraná fosse realizado. E de fato, essas articulações surgiram efeito e o grande colégio eleitoral do governador foi agraciado com a universidade pública.

Um dos itens importantes para que a aspiração de uma universidade estadual e pública viesse a acontecer era a existência de ensino superior na cidade (faculdades que exercessem esse papel), de acordo com a legalidade. Os dados obtidos segundo Sheen (2000) são:

> "**1959**-falculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá
> Criação: decreto Estadual n. 4.070, de 28 de agosto de 1960.
> Reconhecimento- Decreto federal n. 61.548, de 20 de outubro de 1964.

> **1965**- faculdade estadual de direito de Maringá.
> Criação- lei estadual n.5218, de 21 de dezembro de 195.
> Autorização- parecer do CEE n.6/66. Dispõe obre a autorização para o funcionamento. Lei estadual n. 5034 de 29 de abril de 1966. Exige a faculdade em entidade autárquica.
> **1966**- Faculdade estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Maringá. Criação: lei estadual n. 5456, de dezembro de 1966. Autorização: Resolução do CEE n.59/66
> **1969**- Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológica. Criação: lei n. 6032, de 5 d novembro 1969" Autoriza, criar, instalar e manter pela Fundação Educacional de Maringá um instituto de Ciências Exatas e Tecnológica. Decreto n.18.109, de 28 de janeiro de 1970". (SHEEN,2000,p.175)

Observa-se que as faculdades criadas estão em consonância com a necessidade do contexto histórico. Maringá apresentava um forte progresso, como já colocado. Assim, era muito importante haver profissionais formados na área de ciências exatas e tecnológica para colaborar desenvolvimento do produto agrário do momento- o café, bem como era necessário haver advogados para colaborar no entendimento das leis de proteção da economia local, entre outras atividades.

A UEM nasce primeiramente como fundação e ao longo de sua vida ganha status de autarquia:

> "A Lei nº 6.034 de 06/11/69 autorizou a criação da Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28/01/70 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM), sendo reconhecida em 11/05/76, pelo Governo Federal (Decreto nº 77.583) e tornou-se autarquia pela Lei Estadual nº 9.663 de 16/07/91, mantendo a mesma denominação. A partir de 1999, foi implantada, em caráter experimental, a autonomia da Universidade, conforme Termo de Autonomia, assinado em 18 de março de 1999" (UEM/histórico, 2020).

A criação de uma universidade estadual para o Norte do Paraná fortaleceria toda região do Estado, pois em andamento estava à futura UEL. A construção de universidades estaduais na região, em um espaço temporal reativamente curto e próximo demonstra a força política exercida pelos grandes produtores de café e a influência política que exerciam frente ao governador do estado que aproveitava a oportunidade para agradar seu colégio eleitoral que tanto o pressionava.

A lei Estadual n. 6.034 de 6 de novembro de 1969 tornou-se extremamente importante, pois foi por meio dela que, de fato, criou-se (partir da aglutinação de faculdades da região) as universidades estaduais no interior Paraná.

Segundo o governador Pimentel em 1968, a universidade no interior vem contribuir para o sonho de modernização do Estado e assim produzir mão de obra ao invés de importar:

> “A escassez de pessoal técnico em nível de empresa é quase calamitosa no Paraná. Numerosos empreendimentos deixam de ser iniciados ou não são levados avante, não por falta do fator capital, do fator matéria-prima ou do fator equipamento, mas tão somente por falta do elemento humano adestrado, da mão-de-obra especializada e de gerência industrial para o trabalho operativo da empresa.” (PIMENTEL, 1966, p. XV).

O sonho assim tornava-se realidade, porém do ponto de partida de sua criação até a formação de excelentes profissionais para atuarem na economia e para ajudar na prosperidade estadual não seria um caminho rápido e em curto prazo.
Outro documento que respalda o governador nos argumentos para a criação da universidade foi o Plano Básico de Educação1970-1975:

> “A inserção da qualificação docente como uma das metas previstas no Plano Básico de Educação 1970-1975 demonstra que o projeto de criação das universidades estaduais [...] "estava relacionado ao projeto mais amplo de desenvolvimento do Estado, principalmente à necessidade de formação e especialização de recursos humanos para atuarem no sistema estadual de ensino” (SHEEN, 2000 p.200).

A partir das colocações acima compreendemos que a Universidade enquanto instituição era vista como um elemento importante na conservação dos princípios da elite, assim como um instrumento para propagação dos ideários do Estado. A UEM, assim como a UEL e a UEPG ,proporciona uma nova fase para o Estado do Paraná. Com muitas expectativas de desenvolvimento de mão de obra voltada para a economia estatal, como geração de novos empregos e desenvolvimento de pequenas cidades ao entorno dos polos em Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

É importante colocar na ordem do dia que ao olharmos a trajetória histórica da universidade de Londrina e especificamente a trajetória da universidade estadual de Maringá percebemos que a criação das universidades estaduais tem ligação estreita com as questões políticas.

Ao atentarmos nosso olhar para o trajeto histórico de criação da UEM consideramos que ela atendeu as necessidades da época, ou melhor, o projeto que o governante (governador Pimentel) pretendia que fosse realizado, o fortalecimento da classe dominante na esfera política do Estado.

Em relação à Universidade de Maringá faremos a seguir um esforço em compreender por meio de documentos oficiais a sua relevância para a sociedade nos dias atuais.

Tanto o Regimento Geral da UEM quanto o Projeto Político Institucional são documentos que norteiam a vida da Universidade e possibilitam a oportunidade de compreendê-la melhor.

O Regimento tem por objetivo organizar todas as esferas que compõe a universidade desde o campo administrativo (considerando os órgãos deliberativos e executivos da instituição) perpassando pela organização didático-científica (em relação a curso, currículos, conselho acadêmico, admissão), pesquisa, extensão, patrimônio até pedidos de recursos. A finalidade do projeto político institucional é planejar as políticas, princípios e diretrizes a fim de melhor organizar as esferas pedagógicas e administrativas e aperfeiçoar as execuções das ações.

O Projeto apresenta como missão da instituição: ”Produzir conhecimento por meio da pesquisa; organizar, articular e disseminar os saberes por meio do ensino e da extensão, para formar cidadãos, profissionais e lideranças para a sociedade.” (PPI/UEM, 2018, p.01). A partir das colocações entende-se que o papel da universidade no âmbito social é muito importante, pois é um espaço essencial de formação da pessoa.

Considera-se relevante também colocar na ordem do dia a responsabilidade que a instituição tem não só na formação acadêmica, mas na contribuição para a melhoria das ações de quem vive na universidade e executam suas reflexões, uma vez que os atores sociais que encontramos fora dos muros da universidade são os mesmo que estão nos interiores da instituição. O olhar atento para a universidade como um espaço de formação humana é relevante, pois é por meio dos conhecimentos nela desenvolvidos que se busca o bem comum e não o individualismo social. Considera-se assim, a universidade uma instituição humana, capaz de responder aos anseios da sociedade.

OLIVEIRA (2017) chama atenção para o fato ter sido criada para atender a necessidades sociais especificas: “A universidade como lugar de ensino, pesquisa e extensão, como é conhecida atualmente, só pode existir por estar vinculada aos homens e com finalidades objetivas em consonância com as necessidades de seu tempo.” (p. 16). Novamente, coloca-se na ordem do dia a relevância do trajeto

histórico da universidade, pois apesar de encontrarmos em um contexto histórico diferente ainda assim é uma instituição impar para a formação social.

Nessa perspectiva de compromisso social a UEM desde sua criação tem ampliado sua organização geográfica:

> A UEM tem sede em Maringá, noroeste do Estado do Paraná, e possui os seguintes campi regionais: Campus Regional de Cianorte (CRC), Campus do Arenito (CAR), Campus Regional de Goioerê (CRG), Campus Regional do Vale do Ivaí (CRV), Campus Regional de Umuarama (CAU) e Campus Regional do Noroeste (CRN), além dos polos experimental e tecnológico, Fazenda Experimental (FEI), em Iguatemi, e do Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura (Nupélia), em Porto Rico, em um contingente que alcança quase 25 mil pessoas entre discentes, docentes e agentes universitários. (PPI/UEM, 2018, p.12)

Nota-se que a UEM tornou-se ao longo dos anos fundamental para o Estado do Paraná. Além da questão do ensino, pesquisa e extensão, possibilita condições de geração de novos empregos em todos os campi a ela ligados.

Uma vertente educacional que possibilitou grandes avanços é a educação à distância, especificamente os cursos de graduação e especialização à distância. No projeto político essa questão é apresentada assim:

> Sua inserção regional é multiplicada ao considerarmos, na perspectiva pedagógica, a concentração dos polos que atendem a oferta de cursos de graduação e de especialização na modalidade de ensino a distância vinculados ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), sediados nos municípios de Assaí, Astorga, Bela Vista do Paraíso, Céu Azul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Flor da Serra do Sul, Foz do Iguaçu, Goioerê, Ibaiti, Itambé, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguapitã, Londrina, Nova Londrina, Nova Santa Rosa, Nova Tebas, Palmital, Paranavaí, São João do Ivaí,Sarandi, Siqueira Campos, Tamarana, Ubiratã e Umuarama. (PPI/UEM, 2018, p. 13)

Ao atentarmos para a educação à distância, percebemos que se tornou um grande desafio colocar a universidade em consonância com essa realidade, bem diferente dos cursos presenciais. É importante esclarecer que não é objeto de estudo a educação a distancia e sua relação com a UEM nesse presente trabalho, apenas houve a necessidade de colocar na ordem do dia a relevância da EAD na vida da instituição e a sua responsabilidade em dar continuidade à formação do homem social.

Com relação aos alunos de graduação, selecionamos os dados dos dois últimos anos vejamos:

Tabela 8- ALUNOS DE GRADUAÇÃO 2018

Dados de alunos vinculados	Presencial	EAD	TOTAL
Ingressantes	3.189	737	3.926
Matriculados	13.541	2.674	16.215
Cursando	11.433	2.562	13.995
Formados	2.108	112	2.220
Alunos cotistas	2.071	147	2.218

* Sistema de reserva de vagas para cotas sociais.

Fonte: Base de dados UEM -2018

Tabela 9- ALUNOS DE GRADUAÇÃO 2019

Dados de alunos vinculados	Presencial	EAD	TOTAL
Ingressantes	3.307	477	3.784
Matriculados	15.047	2.954	18.001
Cursando	-	-	-
Formados	2.054	535	2.589
Alunos cotistas	1.053	104	2.057

* Sistema de reserva de vagas para cotas sociais.

Fonte: Base de dados UEM -2019.

Segundo as tabelas apresentadas houve um crescimento dos ingressantes na universidade tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distancia. No entanto, a modalidade a distancia apresentou um número superior de 260 novas vagas ofertadas do ano de 2018 para o ano de 2019. Outro dado que chama a atenção é o número crescente de formados em 2019 em relação a 2018 na modalidade a distancia (423 novos profissionais no mercado de trabalho). Esses dados são relevantes considerando o papel desempenhado pela universidade enquanto instituição em promulgar o conhecimento e colaborar na formação da identidade social da região.

Os cursos de pós-graduação stricto-sensu foram criados em 1986, sendo em Ciências Biológicas e Química Aplicada.

Se olharmos para o ensino na pós-graduação conforme a base de dados 2019 teremos na área de educação matriculados 159 alunos no mestrado e 106 doutorandos matriculados para o ano de 2020.

Ao olharmos para o trajeto da universidade entendemos sua importância na formação da identidade social e as suas inúmeras contribuições. Quando olhamos para a história de formação da UEM compreendemos que a universidade proporcionou grande contribuição na construção do ideário social do maringaense e da região. A universidade expandiu seu território, ganhou status na região e credibilidade devido as suas inúmeras contribuições na parte acadêmica e por contribuir a cada final de ano com novos profissionais para o mercado maringaense.

Nessa perspectiva e considerando o ensino de pós-graduação apenas o segmento do mestrado e doutorado na área de educação desde sua criação, temos os seguintes dados:

Tabela 10- NÚMEROS DE ALUNOS INGRESSANTES NO MESTRADO 1990-2017

ANO- INGRESSO	QUANTIDADE DE ALUNOS FORMADOS
1990	10
1992	10
1993	9
1995	10
1996	8
1997	6
1998	12
1999	15
2000	18
2001	26
2002	41
2003	37
2004	38
2005	35
2006	36

2007	57
2008	34
2009	32
2010	38
2011	41
2012	35
2013	37
2014	39
2015	33
2016	39
2017	35

Fonte: SITE PPE-UEM Acesso 08. Mar.2020

Ao observarmos a tabela relativa ao número de ingressos no mestrado desde sua criação na UEM até o ao de 2017 veremos que em seus primeiros anos de vigência apresentava um número inferior a 20 alunos na turma. Essa realidade estendeu-se até o ano 2000. A partir da próxima década o mestrado em Educação da UEM apresentou um maior número de ofertas de vagas.

Acreditamos que um dos fatores que contribuiu para o crescimento desse número tenha sido a disponibilidade de bolsas de ensino e o maior acesso dos jovens ao nível superior.

E importante considerar que ao longo dos anos do programa de pós-graduação em educação da UEM muitos profissionais tornaram-se mestres e puderam contribuir de alguma forma com o programa, pois alguns se tornaram professores universitários e lecionaram na graduação da UEM, bem como no programa de pós-graduação em educação da universidade. Podemos assim entender que a partir de nossas colocações anteriores quanto ao papel social desempenhado pela universidade, a UEM tem tido colaboração significativa, visto o aumento de vagas e o número crescente de candidatos a cada ano que prestam um processo seletivo rigoroso e minucioso.

TABELA 11-NÚMERO DE ALUNOS INGRESSANTES

NO DOUTORADO 2007-2016

ANO- INGRESSO	QUANTIDADE
2007	6

2008	9
2009	10
2010	12
2011	22
2012	23
2013	23
2014	25
2015	26
2016	31

Fonte: SITE PPE-UEM Acesso 08. Mar.2020

Os dados apresentados na tabela 11 são referentes ao número de alunos ingressos no doutorado no programa de pós-graduação em educação da UEM do ano de 2007 até 2016. Notamos que há uma menor oferta de vagas se compararmos ao número de vagas ofertadas pelo mestrado. Compreende-se que por diversos fatores, entre eles o social, falta de disponibilidade integral para dedicação exclusiva.

Assim como mestrado, o doutorado apresentou um número pequeno de vagas em seu inicio e a partir de 2011 houve uma maior oferta de vagas para os candidatos. A primeira turma de doutores no programa de pós-graduação em Educação teve sua defesa concluída no ano de 2010.

Nos dias atuais, a pós-graduação tem sido procurada como por diversos fatores: entre eles um título a mais para melhorar a carreira acadêmica, ou mesmo como um caminho para aprimorar conhecimento e realizar pesquisas. O fato é que ao longo de décadas o programa de pós-graduação em educação da UEM tem contribuído para o desenvolvimento social da cidade e região e como parte integrante da universidade como instituição tem colaborado para a preservação do conhecimento e contribuído para a formação humana.

Assim, ao voltarmos nossos olhos para a trajetória histórica da universidade no estado do Paraná, sua chegada ao norte pioneiro, consolidação, criação e desenvolvimento de curso, como o programa de pós-graduação em educação da UEM, compreendemos que a universidade enquanto instituição sofreu poucas mudanças estruturais, houve muitas adaptações à realidade vivida, porém ainda conserva suas características fundamentais e assim mesmo após muitos anos ainda é uma instituição importante para os dias atuais.

CONCLUSÃO

Pensar a história das universidades, europeias ou latino-americanas, de modo geral, é pensar a caminhada da humanidade na busca do conhecimento e do seu aperfeiçoamento em profissões e técnicas ora mais, ora menos, religiosas, eruditas, culturais, científicas, tecnológicas. Manifestações de um tempo, conteúdo e lugar próprios e intercambiados.

Nesse estudo, realizamos um esforço de compreensão dos elementos que traduzissem a importância da universidade enquanto instituição nos dias atuais. Para que conseguíssemos de fato alcançar nosso objetivo foi necessário volvermos nosso olhar para contextos históricos anteriores a fim de entender a universidade brasileira, em específico a relevância da universidade estadual de Maringá para a sociedade em que se encontra.

Ao longo de nossa pesquisa elencamos partir da criação da universidade na Europa, sobretudo em Portugal e percebemos que a universidade enquanto instituição caracterizava-se como um espaço de construção e preservação dos saberes. Portanto foi o primeiro espaço de saber universalizante.

Em seguida, aprofundamos nossas reflexões sobre a universidade na América-latina e entendemos que na América Espanhola, sobretudo, tornou-se um elemento fundamental para a colonização do território, visto que foi a partir da criação da instituição que houve a preservação e disseminação da cultura dos colonizadores. Já na América Portuguesa a universidade chega somente no século XX colaborando na construção do projeto de nação brasileira.

Posteriormente vimos à universidade no Paraná colaborando no ideário de formação social paranaense. Singelamente colocamos na ordem do dia a questão da “estadualização” das universidades públicas, isto é, caso que ocorre no Paraná, a permanência de tais instituições como investimento exclusivo do poder estadual, ao invés do federal como regula a atual LDB (1994), bem como, o sentido coadjuvante, porém não menos importante, de *regionalização* de tais universidades em campus ou extensões da sede pelo interior do Estado do Paraná. A estadualização da universidade no Paraná, em meados do século XX, muito após o advento das primeiras iniciativas imperiais em 1808 no Rio de Janeiro e na Bahia e em cidades, a

princípio, muito distantes da capital do Estado (especificamente Maringá e Londrina), demonstra um arrojo próprio dos pioneiros de um Estado que pretendia se colocar dentre os demais na senda pública brasileira e posicionar-se enquanto força política. Não há como não aproximar ao contexto de criação da primeira universidade no Paraná, a Universidade do Paraná (mais tarde a UFPR), em 1912, nesse desejo “de formação dos filhos dessa terra aqui mesmo”. É, aparentemente, esse mesmo espírito que fez escola no sertão paranaense ao desbravar o ensino superior em paragens tão distantes, 450 km de distância da capital.

Fato notório, o Paraná acomoda hoje o expressivo volume de sete universidades estaduais, sendo elas, a Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1969), a Universidade Estadual de Londrina (UEL, 1970), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, 1969), a Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO, 1990), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, 1987), a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP, 2006) e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, 2014). Não há outro estado do país com tal contingente acomodado nas contas públicas do estado com mais de 100 mil estudantes!

Com relação à Universidade Estadual de Maringá (UEM) entendemos que a instituição tem sua criação em um primeiro momento voltada para interesses políticos, porém ao longo de sua história torna-se uma referencia no estado. Sendo assim, confirma nosso entendimento que a universidade é um lugar de melhoria social e representa um dado tempo histórico.

Procuramos encontrar nos registros de memória dessa instituição de ensino no Ocidente algo que traduzisse esse sentido ora observado. Chegamos à conclusão pouco original de que cada caso é um caso. Mas que resguarda aproximações interessantes. Se, em Portugal, nos primórdios do século XIII, a erudição era a pedra fundamental, com os jesuítas, no século XVI, sobretudo, a religiosidade impera, porém com traços inovadores (*Ratio Studiorum*) e, mais tarde, reformadores (período pombalino). Se na Espanha, o arrojo era desenvolver o ensino superior nas colônias americanas, para Portugal era reter às suas clássicas instituições na metrópole – dado que responde a demora na abertura do ensino superior no Brasil.

A estadualização do ensino superior no Paraná nos parece um princípio dos pioneiros, um elemento de valor e capital político a este Estado alvissareiro que

somente o futuro poderá nos dizer de sua permanência ou dissolução. Por isso, acompanhemos tal trajetória que já se mostrou e imprimiu contornos de extraordinário ineditismo no país e fora dele. Outros cenários continentais não puderam ser contemplados neste momento, como a trajetória do ensino superior nos estados norte-americanos, canadenses ou ainda ingleses. Mas podem ser estes cenários de outras e novas pesquisas na trajetória da universidade.

Conforme nosso estudo, nos dias atuais a UEM como instituição humana criada para responder as necessidades sociais tem exercido seu papel, ainda que na atualidade nossa universidade tenha passado por diversos problemas de ordem econômica e política. A universidade que em sua origem participou do desenvolvimento do Estado Moderno e caracterizava-se apenas pela difusão e preservação da cultura, ao longo de trajetória histórica passou a ocupar-se da vida social também no que se refere à produção e ao poder.

O aumento anual de vagas em diversos cursos, sobretudo, no que diz respeito à educação a distancia, nos sinaliza que a UEM tem se esforçado para estar atualizada e inserida nessa modalidade de ensino.

A pós-graduação e a pesquisa na universidade é espaço onde se concentra de fato a produção científica e faz-se necessário nos dia atuais crescer em quantidade e qualidade.

Dessa forma, identificamos também, em relação ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá que houve a necessidade de maior oferta de vagas para o mestrado e doutorado devido à necessidade social e dentro de um contexto histórico. Outro elemento relevante é verificar que muitos dos profissionais formados ao longo de mais de três décadas de pós-graduação fazem parte da comunidade acadêmica da UEM.

É imprescindível olharmos a universidade como uma instituição em que se produz cultura, se faz ciência e se desenvolve tecnologia. É um espaço que não tem apenas moveis e possui imóveis, livros e máquinas, mas é feita por uma comunidade viva e atuante, que pensa , atua e consequentemente produz.

É mantida por uma comunidade que a credencia como essencial para a sociedade.

Portanto, decorridos séculos de sua criação ainda é uma instituição importante em nossa sociedade, pois está vinculada aos homens reais com necessidades reais e está em consonância com nosso tempo atual.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Os aprendizes do poder o bacharelismo liberal na politica brasileira**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ANUÁRIO da Universidade de Coimbra, ano lectivo 1892-1893.Coimbra:Imprensa da Universidade, 1893.

A História da Universidade em Portugal, vol. I Universidade de Coimbra. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

ARAÚJO, A. C. **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

AZEVEDO. Fernando de. A transmissão da cultura. In: _____. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

BACON, F. **O progresso do conhecimento**. São Paulo UNESP, 2007.

BERNAND, C.; GRUZINSKI, S.. **História do Novo Mundo**: da descoberta à conquista, uma experiência europeia, 1492-1550. Tradução de Cristina Muracho. 2. ed.,2001

BLOCH, M. **Apologia para a história**: o ofício do historiador, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAMPOS, F. de. **História ibérica**: apogeu e declínio. São Paulo: Contexto, 1991.

CAMARGO, J. B. **História do Paraná** - **1500-1889**. Maringá: Bertoni, 2004.

CARPENTIER, J. e LEBRUN, F. **História da Europa**, Ed. Estampa, 1993.

CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
.
CARVALHO, R. **A história do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3ª ed. Fundação Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

CHARLE, C; VERGE, J. A **História das universidades.** São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996.
.
CHARTULARIUM UNIVERSITATIS PARISIENSIS (1288-1377). Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969. v. 1.

CINTRA, E. P. de U. **História, ciência, saúde e educação**: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (1912-1946). Curitiba: Ed. UFPR, 2014.

CRUZEIRO, M. E. A reforma pombalina na história da universidade. **Análise Social**, vol. XXIV (100), 1988 (1^0), p.165-210.

CUNHA, L. A. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.1989

DUBY, G. **Para história das mentalidades**. Lisboa: Terramar, s/d.

DIAS SOBRINHO, J. **Educação superior**: bem público, equidade e democrazação. Avaliação, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 107-26, 2013.

ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). **América Latina colonial**. São Paulo: EUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v. 1, p. 283-338.

EISENBERG, J. **As missões jesuíticas e o pensamento moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Curitiba: Ed. UFPR, n. 28, 1976.

FREITAS NETO, J. A. de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior**, Campinas, Unicamp, jun. 2011.

GALTER ,M. I. **José de Acosta**: um intelectual projetando a formação do governante e do missionário no Peru colonial. Campinas, SP, 2012.

GHISALBERTI, A. **As Raízes Medievais do pensamento moderno**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2001.

GIBSON, C. As sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In: BETHELL, Leslie (Org.). **América Latina colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v. 2, p. 269-310.

GUERRA, F. X. A nação na América espanhola – a questão das origens. In: **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, UERJ, nº. 1, 1999/2000.

GUIZOT, F. **História da civilização na Europa**. Lisboa: Parceria Antônio Maria, 1907. 2v.

HALLBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laís Teles Benour. São Paulo: Centauro,2004.

A História da Universidade em Portugal, vol. I. Universidade de Coimbra. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

INEP- **Sinopse do Ensino Superior**, 2018.

INEP- **Sinopse do Ensino Superior**, 2019.

JANOTTI, A. **Origens da universidade**: a singularidade do caso português. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1982

.

JOSEPH,M. **O Trivium**: as artes liberais da lógica, gramática e

retórica: entendendo a natureza e a função da linguagem. São Paulo: É realizações, 2008.

LEITE, D. A pedagogia da reforma de Córdoba. In: **Integración y conocimiento**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Porto Alegreidade, vol. 7, número 1, 2018,37-53.

LE GOFF, J. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: UNESP, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão et al. 6.ed. Campinas: Unicamp, 2012.

LE GOFF, J. **Mercadores e Banqueiros na Idade Média**. São Paulo: Martin Fontes, 1991.

LIRA, 2012 LIRA, A. T. N. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - RIO - **ofício do historiador:** ensino e pesquisa, 15., 2012, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: ANPUH, 2012. p. 1-9.

MALTEZ , J. A.O Estado e as instituições. In; João José Alves Dias (coord.) **Portugal**: do Renascimento à Crise Dinástica, vol. V de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), A Nova História de Portugal, Lisboa, Editorial Presença,1998.

MARTINEAU, J. **Quadrivium** - As quatro artes liberais clássicas da aritmética, da geometria, da música e da cosmologia. São Paulo: É realizações, 2014.

MARSIKE, R. "**La Universidad de Mexico**: uma historia y desarrollo. Rhela, vol.8,2006.

MAXWELL, K. **Marquês de Pombal:** paradoxo do iluminismo. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENEZES, S. L.; Pereira, L. A.; MENDES, C. M. M. (Org.). **A expansão e consolidação da colonização portuguesa na América**. Maringá: EDUEM, 2012.

NUNES, R. A. da C. **História da educação no Renascimento**. São Paulo: EDUSP, 1980.

NUNES, R. A. da C. **História da educação no século XVII**. São Paulo: EDUSP, 1981.

NUNES, C. **(Des) encantos da modernidade pedagógica**. In LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, F. M. de; VEIGA, C.G. (org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2000, p.371-398.

NUNES, C. T. F.de M. **A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772**. Orientador Luiz Eduardo Meneses de Oliveira 2013.89f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2013.

OLIVEIRA, T. **A universidade medieval:** uma memória. Mirabilia, n. 6, p. 63-78,jun./dez. 2006.

OLIVEIRA, T. **Reflexões sobre a Reforma Sucupira e as Cartas de D. Dinis**: é possível um diálogo da universidade na história? Série-Estudos ,Campo Grande, MS, v. 22, n. 46, p. 137-154, set./dez 2017.

OLIVEIRA E MARQUES , A. H. **Antologia da historiografia portuguesa**, V, I-II. Lisboa,Europa - América. 1974

O LIVRO CIENTÍFICO DOS SÉCULOS XV e XVI- Ciências Físico-matemáticas na Biblioteca Nacional. Org.: Biblioteca Nacional: coord. ciente. Henrique de Souza Leitão; coord. Técnica Lígia de Azevedo Martins. Lisboa,2004.

PARANÁ, SEED. **COMISSÃO DE REFORMA DO ENSINO SUPERIOR**, 1969, p.3

PARANÁ, **Lei orgânica**,1949. Disponível em www.legislação.pr.gov.br/.Acesso em 20.mar.2020.

PARANÁ, **lei número 6034/69**. Disponível em www.legislação.pr.gov.br/.Acesso em 20.mar.2020.

PEREIRA DE DEUS, M. A. Gestão da contra-reforma neoliberal nas universidades federais brasileiras. In: Jornada de investigación histórico social razón e revolución, 8.,2009, Buenos Aires. Anales... Buenos Aires: Facultad de Filosofia y Letras, UBA, 2009.

PIRENNE, H. **História econômica e social da Europa na Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1987.

PPE.uem.br/discentes/documentos. Disponível em www.ppe.uem.br.Acesso em 20.mar.2020.

PRADO, M. L.C. **América Latina**: tramas, telas e textos. São Paulo/Bauru: Edusp/Edusc, 1999.

PRIORI, A., *et al.* **História do Paraná**: século XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

RIBEIRO, J. S. **Historia dos estabelecimentos scientificos , litterarios e artitisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia. Lisboa:** Academia Real das Sciencias,1871-1914. Obra em 19 volumes.

RIDDER-SYMOENS, H. de. A history of the university in Europe. In: **Universities in early Europe (1500-1800**) – vol. II. New York: Cambridge University Press, 2007.

RUEGG, W. Temas. In: RUEGG,Walter (Org.). **Uma História da Universidade na Europa. Lisboa:** Casa da Moeda, s./d., Vol. 1.

SARAIVA, A. J.**História da cultura em Portugal**. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950, Volume I.

SCHWARTZMAN, F. **América Latina**: Universidades en Transición. Washington, Organización de los Estados Americanos, Colección INTERAMER, nº 6, 1996.

SCHWARTZ, L. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras,2002.

TÜNNERMANN BERNHEIM, C**.** La reforma universitária de Córdoba. In: **Educación Superior y Sociedad**, Caracas, Unesco, vol. 9, no.1, 1998.

UEL/histórico.Disponível em www.uel.br.Acesso em 10.dez.2019.

UEM.br/histórico/basededados2018.Disponível em www.uem.br.Acesso em 20.mar.2020.

UEM.br/histórico/basededados2019.Disponível em www.uem.br.Acesso em 20.mar.2020

VEIGA, C. G.. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007. 328 p.

VERGER, J. **Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente nos Séculos XII e XIII**. EDUSC, 2004.

SARACHE, M. V. **Universidade, política e cultura em cantigas de d. Dinis (século xiv).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Terezinha Oliveira. Maringá, 2016.

ZOTTI, S. A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil:** dos jesuítas aos anos de 1980.Campinas: Editores Associados, 2004.